

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Educação vai atacar o marxismo](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[A implementação da BNCC deve avançar](#)

[Vélez desmonta secretaria de diversidade e cria nova subpasta de alfabetização](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Entraves dificultam propostas de ministros](#)

[Vélez exclui pasta de Diversidade do MEC](#)

O GLOBO - RJ

[Doria ataca antecessor e diz que vai faltar professor](#)

[Novo comando da educação](#)

[Quero ver pesquisadores nas capas dos jornais, diz Pontes](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Reforma do ensino médio e formação de capital humano](#)

[Diretor de museu busca apoio de nova gestão](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Novo ministro da Educação promete priorizar ensino básico e combater marxismo nas escolas](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ministro da Educação promete combater analfabetismo nas suas várias manifestações](#)

EXTRA CLASSE

[Mudança arbitrária na formação de professores](#)

FOLHA NOROESTE

[Ricardo Vélez Rodríguez elenca prioridades de sua gestão no MEC e anuncia novos secretários](#)

G1

[Reitor do ITA e ex-diretor da Fatec de São José vão integrar governo Bolsonaro](#)

Agências de notícias e sites

ANANINDEUAMAI

[Paraense pesquisa sobre hanseníase e vence prêmio na Bélgica](#)

CONSULTOR JURÍDICO

[Retrospectiva 2018: Leis, livros e efemérides do direito civil](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Instituição Nacional de Educação de Surdos abre 220 vagas para tutores](#)

MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR

[Alagoana vence prêmio internacional por mérito em produção científica](#)

PARA+

[Paraense pesquisa sobre hanseníase e vence prêmio na Bélgica](#)

CORREIO WEB

[MEC define idades para a entrada no ensino infantil e fundamental](#)

PORTAL ISTOÉ

[Em Brasília, diretor do Museu Nacional busca apoio do novo governo](#)

[Novo Ministério da C&T mantém parte da estrutura, mas renova equipe](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[De dez promessas feitas, Bolsonaro dependerá do Congresso em oito](#)

ESTADO DE MINAS - MG

Matrícula das dúvidas

Base curricular para educação igualitária

J. DO COMMERCIO - PE

Mais ensino a distância

O POVO - CE

As (in)certezas do Ano Novo (01/01)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA USP - SP

Biossensor de câncer de pâncreas pode chegar às farmácias

PORTAL VEJA

Ciência em prol da vida

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Jogos : aprender se divertindo

AGÊNCIA CÂMARA

Estudante poderá ter acesso gratuito a suas informações em instituições de ensino

Pontes defende divulgação da C&T e ampliação do acesso à internet

AGÊNCIA ESTADO

Cursos de graduação poderão ofertar até 40% da carga horária a distância (01/01)

AGÊNCIA FOLHA

Vélez desmonta secretaria de diversidade e cria nova subpasta de alfabetização

Posse de ministro de Minas e Energia impulsiona Eletrobras e puxa alta da Bolsa

AGÊNCIA GLOBO

Marcos Pontes anuncia tucano como número 2 do Ministério da Ciência e Tecnologia

MEC terá secretaria para criar colégios cívico-militares, diz novo ministro da Educação (01/01)

Novo secretário estadual de Educação pode tirar escolas de áreas de risco

PORTAL EXAME

Marcos Pontes faz discurso de motivação em posse como ministro da Ciência

PORTAL ISTOÉ

Pontes defende divulgação da C&T e ampliação do acesso à internet

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Obras didáticas e literárias para 2019 terão versões em braille e em formato digital

Ricardo Vélez Rodríguez é nomeado ministro da Educação; posse ocorre nesta quarta-feira, 2

Educação bilíngue deve crescer em 2019

TERRA

Análise: Uma oportunidade de melhorar a Educação

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Educação vai atacar o marxismo

O novo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, empossado ontem à tarde, falou que pretende substituir o “marxismo cultural”, que, segundo ele, é “prejudicial à saúde da mente”, pela ideologia “liberal e conservadora”. Assim, mesmo que o presidente tenha afirmado que pretende “acabar” com as ideologias nas escolas, o novo ocupante da pasta chegou a defender que a outra ideologia se torne base no ensino. Das propostas educacionais que pretende aplicar, a inspiração será na linha liberal, como explicou o também colombiano.

O inspirador do pensamento, citado pelo ministro, é Olavo de Carvalho, conhecido como ‘guru’ do recém-empossado governo. O combate ao que chamou de “marxismo

cultural” será prioridade na gestão. “É uma coisa que faz mal à saúde da mente, do corpo e da alma, porque secciona o ser humano, o torna massa, uma simples coisa. Então, vamos tentar buscar uma abordagem cultural que respeite a pessoa na sua integralidade”, disse à imprensa.

Em novembro, quando foi escolhido para o cargo, o agora ministro publicou um artigo no qual relatava que, uma das pessoas que o indicaram foi justamente o “professor e amigo Olavo de Carvalho”, escreveu à época. Ele conta que aceitou a indicação para “tornar realidade” a proposta do governo de “mais Brasil, menos Brasília”.

Sobre a influência da ideologia que chegou a criticar, o ministro disse que não tem um dado concreto da proporção, mas garantiu que o “marxismo cultural” está presente nas educações básica e superior do país. “O fundamental é direcionar a educação ao que ela deveria ser, que é o crescimento da pessoa”, acredita.

Questionado sobre a proposta da Escola sem Partido, reprovada no Congresso neste ano, Vélez Rodríguez, enfatizou que o nome foi dado com a intenção de combater a “propaganda ideológica”. “Eu acho que é escola sem pretensões de doutrinar ninguém, mas sim, de educar e de formar. A essência da escola é a educação”.

Para o novo ocupante da pasta, o ministério deve dar enfoque à educação básica. No entanto, a Constituição divide as atribuições dos entes federados e estabelece que são os municípios brasileiros os responsáveis pela educação básica. “Estaremos trabalhando na formulação de novas políticas públicas eficazes”, explicou.

Também marcou presença na posse, Rossieli Soares, que entregou o cargo defendendo a própria gestão. Ele disse que o governo do qual fez parte saiu prejudicado por ter iniciado “sem nenhum processo de transição”. O ex-presidente Michel Temer assumiu o posto após o processo de impeachment da ex-governante Dilma Rousseff.

Sem deixar claro ao que se referia, Rossieli Soares disse que o Brasil acaba tendo, na educação, “uma série de discussões outras”. “O país deixa de olhar para aquilo que é essencial, português, matemática”, afirmou.

Posse restrita

O novo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, assumiu o cargo ontem em uma cerimônia fechada à imprensa. Em entrevista coletiva após a transmissão de cargo, Salles anunciou a mudança do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o Ministério da Agricultura. Além disso, afirmou que o Brasil continuará, em princípio, no acordo de Paris. Na cerimônia, fechada, Salles recebeu o cargo de Edson Duarte, último ministro da pasta no governo Michel Temer. Ele falou com os jornalistas após o evento. “Vamos também fazer, isso é importante, a revisão de normas e regulamentos para simplificar aquilo que for questão de procedimento”, declarou.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A implementação da BNCC deve avançar

Instabilidades não podem afetar base curricular

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental avançou de forma sólida em 2018. Todos os estados construíram seus currículos --18 deles aprovados-- e realizaram consultas públicas ao longo do

processo; dos 5.568 municípios brasileiros, 80% aderiram à revisão curricular em regime de colaboração com os estados.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/01/a-implementacao-da-bncc-deve-avancar.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Vélez desmonta secretaria de diversidade e cria nova subpasta de alfabetização Iniciativa é manobra para eliminar temáticas de direitos humanos, educação étnico-racial e palavra diversidade

Paulo Saldaña
Brasília

O governo Bolsonaro vai extinguir uma secretaria do MEC (Ministério da Educação) responsável por ações de diversidade, como direitos humanos e relações étnico-raciais. Além disso, será criada uma nova secretaria só para alfabetização, que ficará a cargo do proprietário de uma pequena escola de Londrina indicado pelo escritor Olavo de Carvalho.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/velez-desmonta-secretaria-de-diversidade-e-cria-nova-subpasta-de-alfabetizacao.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Entraves dificultam propostas de ministros

Medidas anunciadas ontem dependem de negociação política e do Orçamento

Dos 22 ministros que farão parte do governo Jair Bolsonaro, 18 participaram ontem de cerimônias de transmissão de cargos e listaram prioridades. Contudo, a maior parte das medidas anunciadas esbarra em condições como vontade política do Congresso, recursos do Orçamento ou articulação com Estados para serem colocadas em prática. Para analistas, o ideal é que propostas sejam apresentadas logo no início do governo para aproveitar o período de “lua de mel” com a sociedade e o Legislativo.

Entre as cerimônias mais concorridas do dia, a posse de Sérgio Moro no Ministério da Justiça foi marcada pelo discurso de combate à corrupção. Ele listou uma série de medidas que vai incluir em projeto que enviará em fevereiro aos parlamentares, como a previsão de início da execução da pena após condenação em segunda instância. A medida depende de alteração na Constituição.

“No caso da execução criminal após julgamento em segunda instância, acredito que esse novo governo irá tentar uma mudança por meio de emenda constitucional, que precisa de maiorias qualificadas na Câmara e no Senado. As demais propostas irão demandar mudanças em leis ordinárias, em que é preciso maioria simples. Se Moro e o governo souberem trabalhar com a força desse início de mandato poderão, sim, fazer com que essas propostas se tornem realidade”, afirmou a advogada Vera Chemim, mestre em Direito Público pela FGV.

O maior desafio do governo, porém, deverá ser na economia. Ao tomar posse no novo Ministério da Economia, Paulo Guedes reafirmou o compromisso de apresentar uma

reforma da Previdência ao Congresso. Em seu discurso, o mais longo do dia – 50 minutos –, deu o direcionamento do que será prioridade e disse contar com os Três Poderes para levar seu plano de recuperação fiscal adiante. “Não existe superministro, não existe alguém que vai consertar os problemas do País sozinho, os Três Poderes terão de se envolver”, disse.

Continuidade. Nem todas as medidas anunciadas pelo primeiro escalão de Bolsonaro representam mudanças significativas, mas ampliação de iniciativas que já vinham sendo implementadas. Um dos exemplos é o pagamento de 13.º para beneficiários do Bolsa Família, promessa de campanha reafirmada ontem por Osmar Terra ao assumir o Ministério da Cidadania. Neste caso, o governo precisará incrementar a verba destinada ao programa.

Para Marilda Silveira, advogada e doutora em Direito Público do IDP-SP, qualquer alteração no programa vai implicar uma alteração na lei. “O mesmo raciocínio vale para um eventual pente-fino no programa. Além do trabalho para evitar fraudes, o governo pode querer criar regras para o recebimento do benefício. Nesse caso, de novo, será preciso mudar a lei e levar as propostas para o Congresso”, afirmou a advogada.

Para analistas e estudiosos ouvidos pelo Estado, o foco na educação básica e em melhorias de gestão anunciadas ontem como prioridades pelo novo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, também traz pouca novidade em relação ao que o governo federal já vinha fazendo.

“A prioridade dada às diversas manifestações de analfabetismo é correta, mas não consigo ver ainda em que sentido isto será diferente da política do ministério que está saindo agora”, disse Simon Schwartzman, membro da Academia Brasileira de Ciências.

Para Leandro Tessler, especialista em educação superior da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as intenções de fomentar modelos de gestão mais eficientes, além da qualidade na pesquisa acadêmica, é positiva. “Todos queremos”, disse Tessler, que prevê dificuldades, porém, caso o ministério insista em regular o perfil ideológico de instituições.

“O novo ministro passa a impressão de querer intervir nos rumos do ensino superior brasileiro através de ações do ministério. Acho que isso será uma tarefa muito mais difícil do que o ministro pode supor.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Vélez exclui pasta de Diversidade do MEC

Ministro prometeu combater marxismo nas escolas e priorizar o ensino básico

BRASÍLIA

O novo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, fez mudanças na estrutura da pasta ontem logo após assumir o cargo. Ele eliminou a Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). No lugar, criou outras duas secretarias – uma de Alfabetização e outra de Modalidades Especializadas. Em discurso, Vélez ainda prometeu priorizar o ensino básico e combater um suposto marxismo nas escolas e universidades do País.

Criada em 2004, a Secadi era responsável por promover políticas ligadas a direitos

humanos e igualdade étnico-racial. No Twitter, o presidente Jair Bolsonaro exaltou a medida: “Formar cidadãos preparados para o mercado de trabalho. O foco oposto de governos anteriores, que propositalmente investiam na formação de mentes escravas das ideias de dominação socialista”.

Vélez disse que o objetivo da reforma foi dar mais abrangência à atuação da secretarias. “Elas abarcam todo mundo, não excluem ninguém”, afirmou, sem detalhar como vai funcionar a pasta de Modalidades Especializadas.

Assume a pasta de Alfabetização o educador do Paraná Carlos Nadalim, conhecido na internet por divulgar seu próprio guia para pais ensinarem filhos a ler em casa. Ele defende os métodos fônicos – que focam a relação entre sons e letras para chegar à leitura, cujo auge no País foi até os anos 1980. Depois, ganharam espaço modelos em que se usam textos inteiros para o aprendizado.

O ministro afirmou ainda que a retórica marxista tomou conta das escolas e deve ser combatida. Perguntado sobre como iria fazer isso, só disse que esse marxismo faz “mal à saúde”. Vélez foi indicado pelo escritor Olavo de Carvalho, referência da direita brasileira. No discurso, afirmou que Carvalho e o também escritor Antonio Paim são os pensadores do novo governo. Vélez ainda disse que o “lulopetismo” dilapidou a economia em “balcões escusos de negócios ao leiloar na bacia das almas da corrupção recursos da nação”.

Qualidade. Conforme o ministro, o MEC vai ampliar e melhorar as creches e pré-escolas e combater o analfabetismo. Outra promessa é focar a educação de jovens e adultos, o pleno atendimento a alunos com deficiência e a qualidade dos cursos superiores particulares.

“Não permitiremos que pautas nocivas aos nossos costumes sejam impostas ao País com a alegação de que se tratam de temas adequados alhures por agências internacionais” Ricardo Vélez Rodriguez

NOVO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, SOBRE

AÇÕES DE FUNDOS INTERNACIONAIS

DE INVESTIMENTO NO SETOR

topo 

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Doria ataca antecessor e diz que vai faltar professor

Tucano acusa ex-governador de não ter assinado contrato para compra de kit escolar; França nega

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou que alunos da rede estadual começarão as aulas, em fevereiro, com déficit de professores e sem material escolar. O secretário de Educação, Rossieli Soares, chamou o cenário de “tragédia” e acusou a gestão anterior de não assinar contrato para a compra dos kits. De acordo com Soares, o ano letivo começará sem 8.500 professores porque o Tribunal de Justiça proibiu a contratação de temporários. — Temos prejuízo imediato para 60 mil alunos do 1º ao 5º ano que ficarão sem nenhum professor — disse.

As finanças do estado também foram apontadas como motivo de preocupação pelo secretário da Fazenda, Henrique Meirelles. Ele prometeu, em dez dias, divulgar eventuais rombos orçamentários. Todos os secretários terão 30 dias para reavaliar convênios assinados com o estado, e os firmados em dezembro serão cancelados. Em nota, o ex-governador Márcio França (PSB) informou que deixou contrato assinado e que o fornecimento de material escolar começa em janeiro. Sobre o caixa, França diz que deixou R\$ 27 bilhões para despesas previstas e cerca de R\$ 8 bilhões livres.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Novo comando da educação

Combate a suposta doutrinação será prioridade

RIO E BRASÍLIA - O novo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, não economizou elogios ao presidente Jair Bolsonaro, ontem, durante o evento em que assumiu a pasta. Atribuiu a ele, um "bravo capitão", a "redenção" do país.

Também atacou o "ciclo lulo-petista", antes de elencar algumas de suas prioridades, embora sem detalhar como pretende implementá-las: combater o analfabetismo, incentivar a educação técnica e profissional, investir no atendimento a pessoas com deficiência, criar "políticas que fomentem um modelo de gestão" nas universidades públicas e dar atenção especial à qualidade dos cursos no setor privado.

— O então candidato Bolsonaro ouviu dos empobrecidos contribuintes as queixas que tinham como origem o ostensivo processo de corrupção, que no ciclo lulopetista dilapidou a riqueza nacional em balcões escusos de negócios — afirmou o ministro, que definiu a "corrupção" do período petista como "risco à sobrevivência das novas gerações.

Além de Vélez, também assumiram seus cargos ontem Ricardo Salles (Meio Ambiente), Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos).

Embora tenha como principal bandeira o combate a uma suposta "doutrinação" nas escolas, Vélez admitiu desconhecer quantos professores, entre os mais de 2 milhões que lecionam na educação básica, adotam essa prática. Tampouco mencionou que ações pretende adotar para resolver esta questão.

Para Vélez, o baixo desempenho dos estudantes brasileiros em exames internacionais seria uma prova da existência de doutrinação nas escolas. Mas também apontou um problema no corpo docente.

— Uma coisa que considero endêmica no Brasil é a falta de autoestima dos professores — sublinhou.

Um dos primeiros atos do ministro foi extinguir a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) da estrutura do Ministério da Educação (MEC). Criada para atuar em programas para populações como indígenas e quilombolas, o órgão também tinha como missão abordar temas como relações étnico-raciais e direitos humanos.

No lugar da Secadi, foram criadas as secretarias de Alfabetização e Modalidades

Especializadas que, segundo o ministro, "não excluem ninguém" Vélez minimizou questionamentos sobre a falta da palavra "diversidade", mas depois mudou o tom, já que o próprio Bolsonaro elogiou o "desmonte" do órgão nas redes sociais.

— Desmonte significa acabar com algo que estava muito limitado e manipulado ideologicamente por algo que não visa a ideologia.

Diretor de Políticas Educacionais do movimento Todos pela Educação, Olavo Nogueira Filho elogiou a preocupação do ministro com o fraco desempenho das escolas brasileiras em rankings educacionais.

— Trata-se de um problema que compromete o desenvolvimento econômico do país. Também considero positivo o foco que pretende dar à educação básica, que é um grande gargalo de nosso sistema — explicou.

— No entanto, ainda não está claro como ele pretende enfrentar os desafios do ministério. Fizemos levantamentos com pesquisadores de diversas matizes ideológicas e todos consideram que nossos principais problemas são a gestão de políticas para docentes, a continuidade de agendas como a Base Nacional Comum Curricular e a reforma do ensino médio. E não o combate ao marxismo.

Robert Verhine, professor titular da UFBA e doutor em Educação Comparada, considerou que a campanha ideológica promovida por Vélez "não faz o menor sentido":

— Ele terá dificuldades em implementar mudanças no ministério, sobretudo porque os resultados de políticas educacionais se refletem apenas a longo prazo, e há uma forte reação a seu nome em sindicatos e na comunidade acadêmica.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Quero ver pesquisadores nas capas dos jornais, diz Pontes

Ex-astronauta, titular de Ciência e Tecnologia vai trabalhar com o MEC para incentivar a formação na área desde o ensino básico

Durante a cerimônia em que assumiu o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia, o astronauta Marcos Pontes afirmou que pretende investir em formação de pesquisadores, por meio do incentivo à ciência e tecnologia nos ensinos fundamental e médio: — Quero ver pesquisadores nas capas dos jornais.

Pontes disse que quer levar ciência e tecnologia junto com o Ministério da Educação (MEC) e tentar, com isso, promover a carreira de pesquisador, motivar jovens para carreira de pesquisa.

O novo ministro confirmou quatro nomes de militares em suas secretarias, além do tucano Julio Semeghini como o número dois da pasta. Ex-deputado federal pelo PSDB, Semeghini foi secretário nos governos Geraldo Alckmin e João Dória, no estado e na prefeitura de São Paulo.

O discurso de posse de Pontes agradou representantes da comunidade científica brasileira: — É uma iniciativa realmente louvável procurar trazer a ciência para a educação básica. Certamente apoiamos isso — avaliou Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

— Mas não pode ser apenas uma ciência "cuspe giz". É preciso desenvolver o espírito crítico, o hábito de duvidar e fazer perguntas, o uso do método científico para estimular o interesse dos jovens.

Segundo Davidovich, para tanto são necessários mais recursos para a área, numa reversão dos cortes nos investimentos públicos em ciência dos últimos cinco anos.

— Os cientistas brasileiros já têm ocupado as primeiras páginas dos jornais com suas pesquisas, prêmios e participações em grandes colaborações internacionais. Temos um matemático ganhador da Medalha Fields (o "Nobel" da área, concedido a Artur Avila em 2014) — lembra.

— Falta é apostar em nossos jovens pesquisadores, dando oportunidade para que trabalhem na fronteira do conhecimento. E isso implica ter condições de trabalho, equipamentos, diminuindo a distância do Brasil para o resto do mundo nesse sentido, o que por enquanto só aumenta.

A comunidade científica conta ainda que Pontes, um ex-oficial da Aeronáutica, use seu acesso direto ao presidente Jair Bolsonaro.

— Desde a sua indicação digo que ele é, sem dúvida, um nome interessante para o ministério — destaca Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis (IbqM), da UFRJ, que assume hoje a presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

— Além de um nome mais técnico que político, é algo muito bem-vindo para a ciência e tecnologia ter alguém no comando do ministério com acesso à Presidência.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

Reforma do ensino médio e formação de capital humano

Finalmente a área econômica do governo começa a falar em capital humano - e fala com propriedade. E logo provoca o Sistema S para a mesa de conversa. Falta combinar com os russos do MEC.

Nas economias avançadas, o ensino médio é o grande provedor de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho: entre 30% e 70% dos jovens cursam a vertente profissionalizante do ensino médio. Essa formação se dá em escolas vocacionadas e especializadas, pois o "ethos" da formação profissional e a cultura do mundo do trabalho são tão importantes quanto o conteúdo a ser ensinado. A flexibilidade e diversificação curricular não impedem que alunos com maior talento continuem seus estudos em cursos pós-médios ou cursos superiores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniao/6046183/reforma-do-ensino-medio-e-formacao-de-capital-humano>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Diretor de museu busca apoio de nova gestão

Por estar ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolver pesquisas e ter também função cultural, a instituição estava sob os cuidados de três

ministérios: da Educação (MEC), da Cultura (MinC) e do MCTI.

"O primeiro passo que estamos buscando é justamente o contato com o governo", disse Kellner. A prioridade é a manutenção do apoio financeiro do MEC para o escoramento do edifício. "O resgate é a principal tarefa agora, e, para fazer o resgate, é preciso estabilizar o prédio", completou o diretor.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6046115/diretor-de-museu-busca-apoio-de-nova-gestao>

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Novo ministro da Educação promete priorizar ensino básico e combater marxismo nas escolas

Ricardo Vélez Rodrigues substitui Rossieli Soares no Ministério da Educação

BRASÍLIA - O novo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, prometeu em sua gestão priorizar o ensino básico no País e combater um suposto marxismo presente nas escolas e universidades. Recém-empossado, ele também promoveu mudanças na pasta e extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), responsável por assuntos relacionados a direitos humanos e étnico raciais.

Na educação básica, Vélez afirmou que a pasta trabalhará pelo combate ao analfabetismo e a ampliação e melhoria em creches e pré-escolas, além de manter os alunos nos níveis corretos de acordo com a idade. Ele também prometeu focar na educação de jovens e adultos e no pleno atendimento a deficientes.

Em relação ao ensino superior, Vélez prometeu valorizar a tríade ensino, pesquisa e extensão e que no setor privado o foco será na qualidade dos cursos oferecidos. De acordo com o novo ministro, as ações de fundos internacionais de investimento em educação serão tratadas "com cuidado" para que se adequem aos objetivos da educação brasileira.

"Não permitiremos que pautas nocivas aos nossos costumes sejam impostas ao País com a alegação de que se tratam de temas adequados alhures por agências internacionais", disse. Outro conceito combatido por Vélez, o chamado globalismo foi tachado por ele como uma "clara tentativa de sufocar os valores fundantes da nossa vida social".

Após extinguir a Secadi, o novo ministro criou duas novas pastas, a de Alfabetização e a de Modalidades Especializadas, que herdam as atribuições do órgão extinto. Todos os secretários da pasta foram empossados ao final da cerimônia.

Assume a pasta de Alfabetização o educador do Paraná Carlos Nadalim, conhecido na internet por divulgar seu próprio guia para pais ensinarem filhos a ler em casa. Ele defende os métodos fônicos – que focam a relação entre sons e letras para chegar à leitura, cujo auge no País foi até os anos 1980. Depois, ganharam espaço modelos em que se usam textos inteiros para o aprendizado.

No Twitter, o presidente Jair Bolsonaro elogiou a medida e afirmou que "governos anteriores" "propositalmente investiam na formação de mentes escravas".

Discurso.

O novo ministro afirmou ainda que o "lulopetismo" dilapidou a economia brasileira em "balcões escusos de negócios ao leiloar na bacia das almas da corrupção os recursos da nação, colocou em risco a sobrevivência das novas gerações" e que a retórica marxista tomou conta do espaço educacional. Nascido na Colômbia, Vélez foi naturalizado brasileiro em 1997.

Durante seu discurso na cerimônia de transmissão de cargo, Vélez citou Bolsonaro diversas vezes e atribuiu a ele a mudança de posicionamento da sociedade. Ele afirmou ainda que a facada que atingiu Bolsonaro durante a campanha eleitoral, "derrubou um homem, mas levantou uma nação".

Indicado pelo guru da direita brasileira, o escritor Olavo de Carvalho, Vélez lembrou dele no discurso e disse que Carvalho, juntamente com o também escritor Antônio Paim são os pensadores do novo governo.

Antes de passar a caneta para seu sucessor, o ex-titular da pasta, Rossieli Soares, afirmou que a educação deve ser tratada com a mesma importância que a economia. "Essa é a boa guerra que o País precisa comprar. Precisamos de uma economia forte, mas é na educação básica que estão nossos maiores desafios." Secretário da Educação de São Paulo, ele defendeu ainda que as universidades possam ter arrecadação própria.

Conheça alguns nomes escolhidos para o MEC:

Luís Antônio Tozi - escolhido para ocupar o posto n 2º do MEC, o da secretaria executiva, ele foi vice-diretor-superintendente do Centro Paula Souza, responsável pelas escolas técnicas (Etecs) e faculdades de tecnologia (Fatecs) da rede paulista de ensino. Ex-diretor da Fatec de São José dos Campos, é engenheiro com mestrado e doutorado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Carlos Nadalim - o titular da nova pasta de Alfabetização é coordenador pedagógico da escola Mundo do Balão Mágico, em Londrina (PR). Na internet, ele publica vídeos e divulga um guia com método próprio para que os pais alfabetizem os filhos em casa. defende os métodos fônicos – que focam a relação entre sons e letras para chegar à leitura, cujo auge no País foi até os anos 1980. É crítico de modelos construtivistas de alfabetização, em que se usam textos inteiros para a aprendizagem, e também do educador Paulo Freire.

Marcus Vinícius Rodrigues - engenheiro, consultor e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), ele será o novo presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele já atuou como executivo dos Correios por mais de duas décadas e consultor organizacional.

Anderson Ribeiro Correia - o engenheiro e ex-reitor do ITA, instituição de ensino ligada às Forças Armadas, vai assumir a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão que fomenta a ciência e a pós-graduação no País. Teve passagem pela superintendência de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ministro da Educação promete combater analfabetismo nas suas várias manifestações

Ricardo Vélez afirmou que universidades públicas terão políticas que fomentem modelos de gestão

BRASÍLIA — Com elogios rasgados ao presidente Jair Bolsonaro, a quem atribui a "redenção" do país, e atacando o que classificou de "ciclo lulopetista", o novo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que "o combate ao analfabetismo nas suas várias manifestações" está entre as suas prioridades. Sem dar detalhes, ele elencou outras áreas que pretende melhorar, como a educação técnica e profissional e o atendimento a pessoas com deficiência, e afirmou que as universidades públicas terão "políticas que fomentem modelos de gestão". Já no ensino privado, chamou atenção para a qualidade dos cursos.

— No setor privado, merecerão atenção especial a qualidade dos cursos oferecidos. A educação não pode ser caracterizada como um simples serviço — afirmou Vélez, durante cerimônia de transmissão de cargo.

Vélez apresentou uma nova estrutura no Ministério da Educação (MEC). Ele extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e montou dois novos setores: a Secretaria de Modalidades Especializadas e a Secretaria de Alfabetização. Segundo ele, o motivo da mudança foi ser mais "abrangente", sem dar explicações detalhadas. A Secadi, além de modalidades de ensino, como Educação de Jovens e Adultos, trabalhava temas como direitos humanos.

Boa parte do primeiro discurso de Vélez foi usado para enaltecer a trajetória do presidente, a quem chamou de "bravo capitão". Segundo ele, Bolsonaro encontrou "pais e mães reprimidas pela retórica marxista" no espaço educacional, vítimas de uma "agressiva promoção da ideologia de gênero" em uma "tresloucada onda globalista". O ministro criticou a corrupção do período petista, atribuindo a ela um "risco à sobrevivência das novas gerações".

— O então candidato Bolsonaro ouviu dos empobrecidos contribuintes as queixas que tinham com origem o ostensivo processo de corrupção, que no ciclo lulopetista dilapidou a riqueza nacional em balcões escusos de negócios — afirmou Vélez.

Vélez disse que as propostas educacionais da equipe se inspiram nos ensinamentos dos filósofos Antonio Paim e Olavo de Carvalho, que é apontado como o responsável pela indicação do ministro ao MEC. Ele exaltou no discurso "a família, a igreja, a escola, o Estado e a pátria".

Diretor de Políticas Educacionais do movimento Todos pela Educação, Olavo Nogueira Filho elogiou a preocupação do ministro com o fraco desempenho das escolas brasileiras em rankings educacionais.

— Trata-se de um problema que compromete o desenvolvimento econômico do país. Também considero positivo o foco que pretende dar à educação básica, que é um grande gargalo de nosso sistema — explicou. — No entanto, ainda não está claro como ele pretende enfrentar os desafios do ministério. Fizemos levantamentos com pesquisadores de diversas matizes ideológicas e todos consideram que nossos principais problemas são a gestão de políticas para docentes, a continuidade de agendas como a Base Nacional

Comum Curricular e a reforma do ensino médio. E não o combate ao marxismo.

Robert Verhine, professor titular da UFBA e doutor em Educação Comparada, considerou que a campanha ideológica promovida por Véléz “não faz o menor sentido”:

— Ele terá dificuldades em implementar mudanças no ministério, sobretudo porque os resultados de políticas educacionais se refletem apenas a longo prazo, e há uma forte reação a seu nome em sindicatos e na comunidade acadêmica.

A equipe anunciada de Véléz tem apenas uma mulher: Tânia Leme de Almeida, que vai assumir uma das mais importantes secretarias, a de Educação Básica. Já foi nomeado o secretário-executivo do MEC, Luis Antônio Tozi. Véléz apresentou ainda Mauro Rabelo, que já era da pasta, como secretário de Educação Superior (Sesu); Alessandro Ferreira de Souza como secretário de Educação Profissional e Tecnológica (Setec); Marco Antonio Barroso como secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres); Bernardo Goytacazes de Araújo assumirá a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação; e Carlos Francisco de Paula será o secretário de Alfabetização. A Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), que já era inativa na prática, foi extinta formalmente.

Os dirigentes das entidades vinculadas à pasta também foram apresentados. Anderson Ribeiro Correia, que era reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), presidirá a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Carlos Alberto Decotelli da Silva assumirá o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers) ficará com o general Oswaldo de Jesus Ferreira. Marcus Vinícius Rodrigues foi indicado para assumir a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

topo ↕

EXTRA CLASSE - TEMPO REAL

Mudança arbitrária na formação de professores

No apagar das luzes, de forma impositiva e arbitrária, sem diálogo e negociação, o MEC apresentou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), uma proposta de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para Formação de Professores na Educação Básica. Desta forma, o governo Temer ficará marcado não somente pelos altos índices de impopularidade, por denúncias de corrupção e pelo isolamento político, mas, também, pelo desmonte e descontinuidade de políticas públicas e programas em desenvolvimento no campo da educação.

Nos últimos dias de governo, o MEC e o CNE, açodadamente, aprovaram e homologaram a atualização das Diretrizes e a BNCC para o Ensino Médio. A estratégia utilizada caracterizou-se pela ausência de participação da sociedade, a ausência de diálogo com a comunidade educacional e a interdição da possibilidade de negociação, rompendo uma histórica trajetória do Conselho Nacional. Estas mudanças no ensino médio completaram a reforma iniciada em 2016, com a edição da Medida Provisória (MP) nº 746, que foi transformada na Lei nº 13.415/2017, que alterou a LDB e desencadeou a implementação do “novo” ensino médio.

O conjunto de mudanças efetuado no ensino médio durante este período de governo ilegítimo, já foram objeto de análise, críticas e denúncias de vários educadores,

pesquisadores, especialistas, entidades educacionais e científicas. Em síntese e na prática, a BNCC para o ensino médio definiu o conteúdo mínimo que será ensinado nessa etapa da educação básica em todas as escolas públicas e privadas do país. Há um forte risco de que o ensino médio seja desqualificado ainda mais devido à extinção de disciplinas nesta fase de formação dos jovens, que necessitam a oferta de disciplinas científicas como Física, Química, Biologia, Sociologia, História e outras para desenvolver uma base científica na sociedade brasileira.

Já a nova proposta de BNCC para Formação de Professores (BNCC-FP) surpreendeu a comunidade educacional e provocou reação imediata de entidades que atuam e pesquisam o tema da Formação de Professores. A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) e o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/ Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (Forumdir), entre outras várias entidades, vieram a público manifestar-se contra a proposta, denunciando que a mesma “não estabelece qualquer diálogo com as instituições formadoras, em especial com as faculdades de educação das Universidades públicas e com os programas de pós-graduação em educação, desprezando o conhecimento científico produzido no país sobre a formação dos professores e sobre a escola básica brasileira, assim como o faz com as entidades acadêmicas do campo educacional, as entidades representativas dos professores e estudantes”.

O fato da proposta de BNCC-FP não ter “sido apresentada e nem discutida com os professores, entidades, universidades, escolas e sindicatos quando do seu processo de elaboração, expressa seu caráter impositivo e arbitrário”, afirmam as entidades signatárias. Essa prática, de “imposição de propostas curriculares desvinculadas das demandas formativas de estudantes e professores e da realidade concreta da escola pública brasileira desconsidera a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, os avanços do conhecimento no campo educacional e a autonomia universitária corporificada nos seus projetos de formação e não estabelece o necessário diálogo com os principais atores da formação de professores, os professores e estudantes tanto dos cursos de licenciatura, dentre os quais se destaca a pedagogia, quanto da escola básica a que esta formação se destina” (Anfope e Forumdir).

O ministro da Educação, Rossieli Soares, entrega para integrantes do Conselho Nacional de Educação, o documento da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio.

Para o Ex-Ministro da Educação, Rossieli Soares (em pé), a proposta de base apresentada pelo MEC “pretende revisar as diretrizes dos cursos”

Para o Ex-Ministro da Educação, Rossieli Soares, a proposta de base apresentada pelo MEC “pretende revisar as diretrizes dos cursos de pedagogia e das licenciaturas para colocar foco na prática da sala de aula, no conhecimento pedagógico do conteúdo e nas competências previstas na BNCC da Educação Básica”. A BNCC para formação de professores está estruturada com base em três pilares: conhecimento, que o professor deverá dominar os conteúdos e saber como ensiná-los; a prática, em que o professor deve planejar as ações de ensino que resultem na aprendizagem efetiva e, o engajamento, onde o professor se comprometa com seu próprio desenvolvimento profissional, com a aprendizagem dos estudantes e com o princípio de que todos são capazes de aprender. Já a Ex-Secretária de Educação Básica do MEC, Kátia Smole,

justifica a proposta de mudança nos cursos de formação de professores dizendo que “hoje temos um currículo muito extenso e com pouco diálogo. São cursos muito teóricos com pouca abordagem didática.”

Porém, quando uma proposta de BNCC para Formação de Professores, que alega “pouco diálogo” na formação de profissionais, se contradiz negando o próprio diálogo, sem sequer ter sido apresentada e discutida com os próprios docentes do país, com instituições de ensino superior formadoras, para os pesquisadores e programas de pós graduação em educação (com nota máxima da **Capes/MEC**), não começa nada bem, pois desrespeita e desvaloriza ainda mais os professores. Ignorar o outro como interlocutor é negar sua existência.

A presente proposta de BNCC afirma estar ancorada em uma pretensa “visão sistêmica para a Formação de Professores, com foco na prática da sala de aula, conhecimento pedagógico do conteúdo, criatividade e inovação, através de uma formação integral de competências, habilidades e valores”. Também, propõe, para a Formação Inicial, novas Diretrizes Nacionais de Licenciaturas (as DCNFP vigentes foram aprovadas em 2016 e estão em implementação), Residência Pedagógica, Enade para Licenciaturas e Prova de Ingresso; e, para Formação Continuada, prevê Estágio Probatório, Plano de Carreira e Avaliação de desempenho ao longo da carreira.

Essa proposição deixa de abordar e enfrentar outros grandes desafios na formação e profissionalidade docente. O primeiro deles, no campo da formação inicial, ignora o fato de que 83% (Censo do Ensino Superior de 2017) das matrículas nos cursos de pedagogia estão nas instituições privadas e grande parte desta formação é feita à distância, impactando não somente na falta de professores, mas, fundamentalmente, na qualidade da formação dos docentes. E, no dia 31/12/2018, literalmente, no apagar das luzes, o MEC publicou Portaria de nº 1.428/2018, possibilitando a oferta de até 40% da carga horária nos cursos superiores na modalidade a distância. Dessa forma, atendeu reivindicação das instituições mercantis que atuam na educação superior e na precarização da formação docente do país.

Na proposta da BNCC para formação de professores da educação básica não existe nenhuma referência e abordagem sobre a precária infraestrutura de trabalho nas escolas, a dupla ou tripla jornada de trabalho com o exercício da docência em duas ou três instituições, a violência nas escolas, o não pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional em vários Estados, o atraso e parcelamento de salários dos educadores, as contratações temporárias e emergenciais em expansão no país.

As metas 13, 14, 15, 16 e 17 do PNE, também, não foram contempladas nem incorporadas na BNCC. Estas metas, se implementadas, já asseguram, por uma lei nacional aprovada pelo Congresso em 2014: elevar a qualidade da educação mediante a ampliação de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício; garantir política nacional de formação dos profissionais da educação; formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação stricto ou lato sensu em sua área de atuação; valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE; assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas

de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional.

A questão central da formação de professores, em todo o mundo, centra-se na relação entre a formação e a profissão. Não se trata de insistir na ligação entre a teoria e prática ou a falta de engajamento. Esta dicotomia é pobre e estéril. Trata-se, isso sim, de compreender o modo como a formação deve estar ligada à profissão e vice-versa. O desenvolvimento profissional abrange todo o ciclo de vida docente, desde a formação inicial até à aposentadoria, o desenvolvimento profissional traduz uma ideia central para pensar os professores e a sua formação. Trata-se de compreender como se constrói uma identidade que é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, desde o primeiro dia como estudante de uma licenciatura.

Cumprir as metas do PNE vigente; aperfeiçoar a Política Nacional de Formação existente; implementar as DCNFP aprovadas e homologas em 2016 (Resolução 02); interromper o ataque aos professores e as escolas; dialogar mais com universidades, entidades educacionais e científicas; ouvir os jovens estudantes e, conceber a educação como política de Estado, é o melhor caminho a trilhar. É preciso dizer não a proposta da BNCC para Formação dos Professores como está posta!

topo ↕

FOLHA NOROESTE - TEMPO REAL

Ricardo Vélez Rodríguez elenca prioridades de sua gestão no MEC e anuncia novos secretários

Em cerimônia de transmissão de cargo, nesta quarta-feira, 2, na sede do MEC, em Brasília, o novo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, destacou quais serão as diretrizes à frente da pasta. “Nossa prioridade será a educação básica, com o desenvolvimento de políticas públicas de combate, principalmente, ao analfabetismo, mas também de fortalecimento da educação em creches e escolas, de jovens e adultos, na educação especial de pessoas portadores de deficiências e na gestão das escolas, para que os estudantes concluam seus estudos no devido tempo”, afirmou.

Vélez Rodríguez foi nomeado na última terça-feira, 1º, durante a cerimônia de posse do presidente da República, Jair Bolsonaro, e do vice-presidente, general Antônio Hamilton Martins Mourão, juntamente com outros 21 ministros.

O novo ministro ressaltou, ainda, que sua gestão também estará focada a outros setores educacionais essenciais para o desenvolvimento do Brasil, como o ensino profissional tecnológico, as pesquisas científicas e de extensão e a inovação tecnológica nas escolas e universidades, bem como no aperfeiçoamento de programas que incentivem o empreendedorismo para a inserção no mercado de trabalho.

“Daremos atenção especial, também, aos fundos de investimento em educação e ao ensino privado, para fortalecer a qualidade dos cursos oferecidos”, disse. “Nas universidades, vamos melhorar a gestão dos recursos para que haja estímulo às linhas de pesquisa científica e tecnológica, que irão fomentar políticas públicas de educação com qualidade. Há um compromisso assumido com o Brasil e a educação de todos”.

Outro ponto para alcançar o sucesso da gestão, na avaliação do ministro, é a aplicação correta e eficaz dos recursos financeiros destinados ao MEC, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), para a formação e valorização dos professores e

profissionais da educação em geral, como gestores e técnicos. Ricardo Vélez Rodríguez também enalteceu a importância do diálogo entre as redes estaduais e municipais de ensino, com o apoio da sociedade, para atender aos anseios da população brasileira na busca pela excelência na educação.

Nova gestão – No primeiro pronunciamento como ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez lembrou o início da trajetória do presidente da República, Jair Bolsonaro, antes das eleições, quando o nome do então deputado federal ganhou força no país, e destacou o pouco tempo de expedição da TV durante a campanha do presidente eleito.

Segundo o ministro, Jair Bolsonaro abandonou a “zona de conforto dos congressistas” para ouvir as queixas da população, com os altos índices de criminalidade alavancados pelo processo de corrupção que assolou o Brasil nos últimos anos, atingindo “cerca de 14 milhões de famílias com elevadas taxas de desemprego”, para dar esperança aos brasileiros.

“É preciso combater o que se denominou de ideologia de gênero, com a destruição de valores culturais, da família, da igreja, da própria educação e da vida social”, pontuou. “Pautas nocivas não serão mais aceitas e vamos combater o marxismo cultural em instituições de Educação Básica e Superior. O MEC não será um bazar de enriquecimento”.

Agenda – O próximo compromisso oficial de Ricardo Vélez Rodríguez será nesta quinta-feira, 3, quando ele participará da primeira reunião ministerial convocada pelo presidente Jair Bolsonaro. No encontro, o ministro da Educação deverá apresentar o funcionamento de sua pasta diante da nova estrutura administrativa criada pelo Governo Federal. Para isso, terá como suporte um relatório técnico atualizado contendo as principais ações de todos os programas da pasta em andamento, incluindo o detalhamento orçamentário.

Perfil – Colombiano naturalizado brasileiro em 1997, Ricardo Vélez Rodríguez tem 75 anos e possui um vasto currículo profissional. É graduado em Filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana, da Colômbia, e em Teologia, pelo Seminário Conciliar de Bogotá. É mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e doutor na mesma área pela Universidade Gama Filho, também do Rio de Janeiro.

Durante a trajetória profissional, foi professor em diversas universidades brasileiras, incluindo a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e estrangeiras, em países como França, Estados Unidos e na própria Colômbia. Também é professor-emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), instituição que atua na formação de oficiais de alta patente.

Novos secretários – Durante a cerimônia de transmissão de cargo, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez apresentou os novos secretários que irão compor o organograma do MEC em sua gestão. São eles: Luiz Antonio Tozi (Secretaria Executiva), Mauro Rabelo (Secretaria de Educação Superior – Sesu), Alexsandro Ferreira de Souza (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec), Marco Antônio Barroso (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – Seres), Tânia Leme de Almeida

(Secretaria de Educação Básica – SEB), Bernardo Goytacazes de Araújo (Secretaria de Modalidades Especiais de Educação), e Carlos Francisco de Paula Nadalim (Secretaria de Alfabetização).

Para as autarquias federais vinculadas ao MEC, foram anunciados: Anderson Ribeiro Correia (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes**), Carlos Alberto Decotelli da Silva (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE), Marcos Vinícius Rodrigues (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep), e o general Oswaldo de Jesus Ferreira (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH).

Gestão anterior – O ex-ministro Rossieli Soares aproveitou a ocasião para fazer um balanço do período em que esteve à frente da pasta. Ele mencionou a dedicação de seu antecessor, Mendonça Filho, para a continuidade e os avanços obtidos durante sua gestão e destacou que ainda há um longo caminho para que a educação brasileira atinja os níveis desejáveis para um país desenvolvido. De acordo com ele, o Brasil precisa priorizar importantes agendas educacionais para seguir evoluindo.

“Tivemos importantes avanços, como a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reforma do Ensino Médio e a revitalização do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A Educação Básica é o caminho para o crescimento do Brasil e é preciso priorizar a aprendizagem. Agradeço a todos colaboradores que permitiram o sucesso da gestão”, concluiu Rossieli.

Em cerimônia de transmissão de cargo, nesta quarta-feira, 2, na sede do MEC, em Brasília, o novo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, destacou quais serão as diretrizes à frente da pasta. “Nossa prioridade será a educação básica, com o desenvolvimento de políticas públicas de combate, principalmente, ao analfabetismo, mas também de fortalecimento da educação em creches e escolas, de jovens e adultos, na educação especial de pessoas portadores de deficiências e na gestão das escolas, para que os estudantes concluam seus estudos no devido tempo”, afirmou.

Vélez Rodríguez foi nomeado na última terça-feira, 1º, durante a cerimônia de posse do presidente da República, Jair Bolsonaro, e do vice-presidente, general Antônio Hamilton Martins Mourão, juntamente com outros 21 ministros.

O novo ministro ressaltou, ainda, que sua gestão também estará focada a outros setores educacionais essenciais para o desenvolvimento do Brasil, como o ensino profissional tecnológico, as pesquisas científicas e de extensão e a inovação tecnológica nas escolas e universidades, bem como no aperfeiçoamento de programas que incentivem o empreendedorismo para a inserção no mercado de trabalho.

“Daremos atenção especial, também, aos fundos de investimento em educação e ao ensino privado, para fortalecer a qualidade dos cursos oferecidos”, disse. “Nas universidades, vamos melhorar a gestão dos recursos para que haja estímulo às linhas de pesquisa científica e tecnológica, que irão fomentar políticas públicas de educação com qualidade. Há um compromisso assumido com o Brasil e a educação de todos”.

Outro ponto para alcançar o sucesso da gestão, na avaliação do ministro, é a aplicação correta e eficaz dos recursos financeiros destinados ao MEC, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), para a formação e valorização dos professores e

profissionais da educação em geral, como gestores e técnicos. Ricardo Vélez Rodríguez também enalteceu a importância do diálogo entre as redes estaduais e municipais de ensino, com o apoio da sociedade, para atender aos anseios da população brasileira na busca pela excelência na educação.

Nova gestão – No primeiro pronunciamento como ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez lembrou o início da trajetória do presidente da República, Jair Bolsonaro, antes das eleições, quando o nome do então deputado federal ganhou força no país, e destacou o pouco tempo de expedição da TV durante a campanha do presidente eleito.

Segundo o ministro, Jair Bolsonaro abandonou a “zona de conforto dos congressistas” para ouvir as queixas da população, com os altos índices de criminalidade alavancados pelo processo de corrupção que assolou o Brasil nos últimos anos, atingindo “cerca de 14 milhões de famílias com elevadas taxas de desemprego”, para dar esperança aos brasileiros.

“É preciso combater o que se denominou de ideologia de gênero, com a destruição de valores culturais, da família, da igreja, da própria educação e da vida social”, pontuou. “Pautas nocivas não serão mais aceitas e vamos combater o marxismo cultural em instituições de Educação Básica e Superior. O MEC não será um bazar de enriquecimento”.

Agenda – O próximo compromisso oficial de Ricardo Vélez Rodríguez será nesta quinta-feira, 3, quando ele participará da primeira reunião ministerial convocada pelo presidente Jair Bolsonaro. No encontro, o ministro da Educação deverá apresentar o funcionamento de sua pasta diante da nova estrutura administrativa criada pelo Governo Federal. Para isso, terá como suporte um relatório técnico atualizado contendo as principais ações de todos os programas da pasta em andamento, incluindo o detalhamento orçamentário.

Perfil – Colombiano naturalizado brasileiro em 1997, Ricardo Vélez Rodríguez tem 75 anos e possui um vasto currículo profissional. É graduado em Filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana, da Colômbia, e em Teologia, pelo Seminário Conciliar de Bogotá. É mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e doutor na mesma área pela Universidade Gama Filho, também do Rio de Janeiro.

Durante a trajetória profissional, foi professor em diversas universidades brasileiras, incluindo a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e estrangeiras, em países como França, Estados Unidos e na própria Colômbia. Também é professor-emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), instituição que atua na formação de oficiais de alta patente.

Novos secretários – Durante a cerimônia de transmissão de cargo, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez apresentou os novos secretários que irão compor o organograma do MEC em sua gestão. São eles: Luiz Antonio Tozi (Secretaria Executiva), Mauro Rabelo (Secretaria de Educação Superior – Sesu), Alexsandro Ferreira de Souza (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec), Marco Antônio Barroso (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – Seres), Tânia Leme de Almeida

(Secretaria de Educação Básica – SEB), Bernardo Goytacazes de Araújo (Secretaria de Modalidades Especiais de Educação), e Carlos Francisco de Paula Nadalim (Secretaria de Alfabetização).

Para as autarquias federais vinculadas ao MEC, foram anunciados: Anderson Ribeiro Correia (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes**), Carlos Alberto Decotelli da Silva (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE), Marcos Vinícius Rodrigues (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep), e o general Oswaldo de Jesus Ferreira (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH).

Gestão anterior – O ex-ministro Rossieli Soares aproveitou a ocasião para fazer um balanço do período em que esteve à frente da pasta. Ele mencionou a dedicação de seu antecessor, Mendonça Filho, para a continuidade e os avanços obtidos durante sua gestão e destacou que ainda há um longo caminho para que a educação brasileira atinja os níveis desejáveis para um país desenvolvido. De acordo com ele, o Brasil precisa priorizar importantes agendas educacionais para seguir evoluindo.

“Tivemos importantes avanços, como a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reforma do Ensino Médio e a revitalização do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A Educação Básica é o caminho para o crescimento do Brasil e é preciso priorizar a aprendizagem. Agradeço a todos colaboradores que permitiram o sucesso da gestão”, concluiu Rossieli.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Reitor do ITA e ex-diretor da Fatec de São José vão integrar governo Bolsonaro
Reitor do ITA, Anderson Ribeiro Correia, vai assumir o cargo de presidente da Capes. Já ex-diretor da Fatec, Luiz Antonio Tozi, vai exercer o cargo de secretário-executivo do MEC.

O reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Anderson Ribeiro Correia, e o ex-diretor da Fatec de São José dos Campos, Luiz Antonio Tozi, estão entre os nomes que vão integrar a equipe do Ministério da Educação no governo Bolsonaro.

A nomeação de Luiz Antonio Tozi foi publicada nesta quarta-feira (2) no Diário Oficial da União. Ele passa a exercer o cargo de secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC).

Já Anderson Ribeiro Correia deve assumir o cargo de presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A nomeação dele ao posto foi confirmada pela assessoria da entidade.

Segundo apurou o G1, a portaria com a nomeação de Correia deve ser publicada nos próximos dias.

Currículos

Ex-diretor da Fatec, Luiz Antonio Tozi é graduado em engenharia naval e oceânica pela Universidade de São Paulo e doutor em engenharia mecânica pelo ITA. Também é professor senior da Fatec.

Já Anderson Ribeiro Correia tomou posse como reitor do ITA em janeiro de 2016. Ele é

graduado em engenharia civil pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em engenharia de transportes pela University of Calgary, no Canadá. Antes de assumir a reitoria do ITA, ele esteve à frente da Pró-reitoria de Extensão e Cooperação da instituição.

ANANINDEUAMAIS - TEMPO REAL

Paraense pesquisa sobre hanseníase e vence prêmio na Bélgica

O doutorando em Doenças Tropicais, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Josafá Barreto, recebeu o Prêmio Jovem Cientista pela melhor apresentação oral no tema “Epidemiologia e Controle”. A cerimônia de entrega aconteceu durante o International Leprosy Congress (Congresso Internacional de Hanseníase), ocorrido no mês passado, em Bruxelas, na Bélgica, que teve como tema “Hidden challenges” (Desafios Ocultos)

O doutorando em doenças tropicais pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Josafá Barreto recebeu o Prêmio Jovem Cientista pela melhor apresentação oral no tema “Epidemiologia e controle”, durante o International Leprosy Congress (Congresso Internacional de Hanseníase), ocorrido mês passado, em Bruxelas, na Bélgica, com o tema “Hidden challenges” (“Desafios ocultos”).

O trabalho foi feito pelo Laboratório de Dermato-Imunologia (LDI) da UFPA, em parceria com a Universidade Estadual do Pará (Uepa) e a Unidade de Referência Marcelo Candia (URE Marcelo Candia), da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa). A pesquisa de campo teve a participação direta dos servidores do Estado.

O congresso teve 900 participantes, de 83 países, e mais de 500 trabalhos foram apresentados. Segundo Josafá Barreto, este é um dos maiores eventos da área. “Esta premiação é o reconhecimento de um trabalho feito com muita dedicação, que envolveu a participação maciça de todos os profissionais envolvidos. O prêmio coloca a pesquisa paraense como destaque, além de mostrar que no Pará existem grandes trabalhos sendo desenvolvidos na área da saúde”, afirmou.

Iniciada em 2009, a pesquisa foi feita em oito municípios do Estado: Castanhal, Marituba, Paragominas, Breves, Redenção, Parauapebas, Altamira e Oriximiná. O objetivo foi examinar pessoas que foram afetadas pela hanseníase, seus contatos próximos e estudantes da rede pública de ensino fundamental e médio.

O estudo, denominado “Análise espacial focando na transmissão de hanseníase entre crianças de uma área hiperendêmica da Amazônia Brasileira”, foi orientado pelo professor Claudio Salgado, coordenador do LDI. O projeto também teve a participação de várias profissionais da área da saúde, inclusive de agentes comunitários de saúde dos municípios visitados.

Foram feitos exames clínicos dermatoneurológicos, coleta de sangue para sorologia antiPGL-1 e mapeamento dos casos notificados em cada município. Segundo Josafá Barreto, foram examinadas cinco mil pessoas, e 4% delas foram diagnosticadas com hanseníase.

Representantes da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, do Instituto Lauro de Souza Lima, Colorado State University e Emory University também colaboraram com o trabalho. A pesquisa recebeu suporte

financeiro de diversas instituições, como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Saúde, Fundação Amazônia Paraense e Order of Marta.

Segundo dados oficiais da Coordenação Estadual do Programa de Controle da Hanseníase, no Pará foram registrados 3.862 casos novos da doença em 2012, o equivalente ao coeficiente de detecção de 49,37 para cada 100 mil habitantes.

topo ↕

CONSULTOR JURÍDICO - TEMPO REAL

Retrospectiva 2018: Leis, livros e efemérides do direito civil

Apresenta-se hoje aos leitores da coluna “Direito Comparado” a já tradicional retrospectiva do ano, com ênfase no Direito Civil. Agradece-se aos leitores pela fidelidade e a eles também se pede desculpas por ter sido o ano de 2018 extremamente irregular em termos de colunas neste prestigioso espaço da Conjur. Esta coluna divide-se em três capítulos: a análise das principais mudanças legislativas; a exposição de algumas obras relevantes publicadas em 2018 e, por fim, a apresentação de algumas efemérides.

Infelizmente, assim como em 2017, este ano finda-se com um saldo legislativo nada positivo, em especial para o Direito Civil.

A Lei n. 13.786, de 27 de dezembro de 2018, que dispôs sobre a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano, é um desses exemplos. A nova lei altera as Leis ns. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, trazendo, de entre outras modificações, as seguintes: a) no âmbito da incorporação imobiliária, especificamente em relação a seus negócios formativos (compra e venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autônomas integrantes), deverá ser apresentado um quadro-resumo das principais obrigações assumidas pelas partes, com a indicação precisa dos elementos componentes do custo total da operação e como ela poderá ser liquidada, com informações sobre as consequências jurídicas de cada ato; b) institucionalizou-se a mora de 180 dias dos incorporadores na entrega dos imóveis, retirando-se qualquer efeito jurídico desse retardamento. A lei criou uma espécie de “mora à brasileira”, uma mora com termo de graça preestabelecido em favor da parte mais forte; c) a resolução ou a rescisão unilateral do contrato (hipóteses absolutamente distintas segundo a boa técnica jurídica, mas tratadas de modo igual pela lei) implicará a restituição das quantias pagas, abatido esse valor da comissão de corretagem e da “pena convencional” de até 25% do valor pago. Em mais outro assassinio da boa técnica, cria-se uma nova modalidade de cláusula penal com teto prefixado e não vinculada ao inadimplemento (necessariamente) culposo. Haverá choro e ranger de dentes para se explicar esse assunto em sala de aula.

Disposições aproximadas passam a ser adotadas nos loteamentos, embora com valores distintos e com linguagem um pouco diferenciada, como, v.g., a menção expressa ao termo “cláusula penal”.

A nova lei peca ao usar terminologia jurídica ultrapassada ou pouco técnica (v.g., rescisão por resolução ou rescisão; desfazimento), além de estabelecer regras que ignoram a dramática realidade dos negócios imobiliários no Brasil, na qual prevalece

(em muitos casos) a busca por metas de vendas, a omissão de informações, a assimetria informacional (embora adequadamente tratada na previsão do quadro-resumo) e no despreparo dos consumidores para operar em um segmento especializado no qual as finanças familiares são comprometidas na aquisição de imóveis para uso residencial. Essa lei é um exemplo de quão degradadas as relações de consumo terminaram no país em 2018 e da fragilidade das associações de defesa dos consumidores em pressionar o Congresso para resguardar os interesses desse imenso grupo.

A Lei n. 13.777, de 20 de dezembro de 2018, que alterou o Código Civil e a Lei de Registros Públicos, dispôs sobre o regime jurídico da multipropriedade e seu registro. Trata-se de uma inovação importante porque cria legalmente um direito real cuja existência havia sido admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça como sendo oriunda da autonomia privada,[1] com forte influência da tese de Gustavo Tepedino[2].

De acordo com a nova lei, a multipropriedade “é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada” (art.1.358-C, Código Civil). A multipropriedade pode ser instituída por ato entre vivos ou por testamento, mediante registro imobiliário, devendo-se fixar no ato a duração dos períodos que a corresponderão cada fração de tempo (art.1.358-F, Código Civil). O objeto da lei é estrito, não recaindo sobre bens móveis.

A duplicata escritural passou a ser emissível após a Lei n. 13.775, de 20 de dezembro de 2018, o que, na prática, introduz no Direito Comercial brasileiro a vulgarmente denominada “duplicata eletrônica”. Sua principal característica recai no fato de que seu lançamento se dará “em sistema eletrônico de escrituração gerido por quaisquer das entidades que exerçam a atividade de escrituração de duplicatas escriturais” (art.3º, caput). Aplicam-se subsidiariamente a essas duplicatas escriturais as regras da Lei n. 5.474, de 18 de julho de 1968.

No âmbito das relações “dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão” tornaram-se dispensáveis: a) o reconhecimento de firma, o qual pode ser suprido pelo agente administrativo; b) autenticação de cópia de documento, “cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade”; c) a juntada de documento pessoal do usuário, “que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo”, dentre outros documentos, nos termos da nova Lei n. 13.726, de 8 de outubro de 2018.

Em mais um capítulo da novela legislativa sobre os limites e a natureza do poder familiar no Brasil, a Lei n. 13.715, de 24 de setembro de 2018, alterou o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil, “para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente”. Com a nova redação dada ao art.23, parágrafo segundo, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, salvo se houver sentença condenatória por “crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho,

filha ou outro descendente”. O art.1.638 do Código Civil foi acrescido de um parágrafo único, que também prevê a perda do poder familiar por ato judicial para aquele que praticar, contra outrem que também exerça o mesmo poder familiar, delitos como, dentre outros, homicídio, feminicídio, estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão. Idêntica pena privada recairá sobre quem praticar contra filho, filha ou outro descendente delitos como homicídio, feminicídio, estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.

Uma importante mudança legislativa foi a Lei n.13.709, de 14 de agosto de 2018, que tratou do regime jurídico da proteção de dados pessoais no Brasil. O legislador nacional fez uma clara opção pelo modelo europeu de proteção de dados, situando-os no âmbito dos direitos da personalidade, o que dará aos civilistas um enorme espaço para estudar dogmaticamente esse tema. A Medida Provisória n.869, de 27 de dezembro de 2018, alterou a lei de proteção de dados pessoais, ainda em vacio legis, para criar a autoridade nacional (expressão juridicamente ambígua e que se não louva nas tradições onomásticas do Direito brasileiro) que regulará a matéria e cuidará das sanções respectivas.

A velha Lei de Introdução ao Código Civil, cujo nome foi até hoje alterado de modo inexplicável para Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, foi modificada substancialmente pela Lei n.13.655, de 25 de abril de 2018, com o acréscimo dos arts.20 a 30. As novas regras têm por âmbito de incidência prevalente o Direito Administrativo, mas merecem o estudo sistemático dos civilistas.

No campo literário, assistiu-se ao enfraquecimento do mercado bibliográfico em geral, com efeitos diretos para o mundo jurídico. A Saraiva, editora de referência para o Direito, ingressou no regime da recuperação judicial. Muitas casas publicadoras diminuíram seus lançamentos ou se voltaram para o mercado de obras para cursinhos preparatórios. As novas tecnologias e a mudança de hábitos dos leitores põem em causa o futuro do livro como uma ferramenta essencial da criação, da transmissão e da preservação do conhecimento.

Em 2018, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo, demonstrou sua pujança na produção de conhecimento com a edição de diversas obras no Direito Civil e no Direito Romano, ao exemplo das seguintes: Bernardo Queiroz de Moraes lançou o livro “Parte Geral do Código Civil. Temas de Direito Privado” (São Paulo: YK, 2018), agraciado com prêmio da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Eduardo Marchi publicou “Direito de laje: da admissão ampla da propriedade superficiária no Brasil” (São Paulo: YK, 2018), que retoma estudos anteriores com base no Direito Romano. Silmara Chinellato lançou a décima primeira edição do “Código Civil Interpretado” (Barueri: Manole, 2018), obra da qual é coordenadora.

Este colunista publicou a versão comercial de sua tese de livre-docência, sob o título “Direito civil contemporâneo: estatuto epistemológico, Constituição e direitos fundamentais”, editada no Rio de Janeiro, pela Forense Universitária, com prefácio e apresentação do catedrático Menezes Cordeiro, da Universidade de Lisboa, e do ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Ainda nos espaços das Arcadas e seus docentes, registra-se o lançamento do

liberamicorum “Direito Empresarial, Direito do Espaço Virtual e outros desafios do Direito” (São Paulo: QuartierLatin, 2018), em homenagem a Newton de Lucca, respeitado professor titular de Direito Comercial da USP. A coordenação da obra coube à também titular de Direito Comercial da USP, professora Paula Forgioni, ao lado de Patrícia Del Nero, Renata Maciel Dezem e Samantha Meyer-Plug. Diversos professores do Largo de São Francisco escreveram capítulos para este livro.

Renata Carlos Steiner publicou sua tese de doutorado defendida na USP, com grande qualidade, cujo título é “Reparação de danos: interesse positivo e interesse negativo” (São Paulo: QuartierLatin, 2018). Ruy Camilo Junior editou o atualíssimo livro “Direito societário e regulação econômica” (Barueri: Manole, 2018).

Elimar Szaniawski, da Universidade Federal do Paraná, publicou “Diálogos com o direito de filiação brasileiro” (Belo Horizonte: Forum), com prefácio de Rodrigo Xavier Leonardo. O ministro Raul Araújo Filho, do Superior Tribunal de Justiça, ao lado de Edílson Pereira Nobre Jr. (desembargador do TRF-5) e de Bruno Carrá (juiz federal do TRF-5), coordenaram a obra coletiva “Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção : desafios em torno da Lei n. 12.846/13” (Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2018), com vários capítulos analisando a Lei Anticorrupção e suas relações com o Direito Público e o Direito Privado.

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, foi reverenciado com o lançamento do livro “Transformações no Direito Privado nos 30 anos da Constituição: Estudos em homenagem a Luiz Edson Fachin” (Belo Horizonte: Forum, 2018), organizado por Marcos Ehrhardt Jr. e Eroulths Cortiano Junior. Essa obra contou com a participação de dezenas de autores, dentre os quais, em coautoria, este colunista e o professor Rodrigo Xavier Leonardo, da Universidade Federal do Paraná.

Em 2018, publicou-se a quinta edição da tradução para a língua portuguesa da “Autobiografia”, de Hans Kelsen (tradução de Gabriel Nogueira Dias e José Ignácio Coelho Mendes Neto, com estudo introdutório de Otavio Luiz Rodrigues Jr. e do ministro José Antonio Dias Toffoli). Esse livro é o primeiro volume da Coleção Paulo Bonavides. Dario Moura Vicente, catedrático da Universidade de Lisboa, lançou a quarta edição de seu livro “Direito Comparado, volume 1, pela Almedina (Lisboa, 2018). Em 23 de janeiro de 2019, ele lançará no Brasil os dois volumes dessa importante obra lusófona.

No Reino Unido, publicou-se o livro “Regulating risk through Private law” (Cambridge: Intersentia, 2018 - <https://intersentia.com/en/regulating-risk-through-private-law.html>), coordenado por Matthew Dyson, atualmente professor da Faculdade de Direito da Universidade de Oxford. O livro reúne estudos de pesquisadores de 9 países (Reino Unido, Suécia, Espanha, Holanda, Brasil, Chile, África do Sul, Itália e França) sobre os temas mais atuais da Responsabilidade Civil em seus respectivos campos de estudo. Do Brasil, participaram os professores da Faculdade de Direito da USP Ignacio Poveda, Eduardo Tomasevicius Filho e Bernardo Queiroz de Moraes, além deste colunista.

A editora alemã De Gruyter publicou a tese de doutorado de Karina Nunes-Fritz, intitulada “Die culpa in contrahendo im deutschen und brasilianischen Recht: Ein Vorvertragsregime auf der Grundlage der deutschen Schuldrechtsdogmatik”, que integra a série de escritos sobre Direito Europeu, Bancário, Comercial e Internacional

Privado dessa casa editorial. A tese foi agraciada como a melhor em Direito Civil na Universidade Humboldt de Berlim em 2018. Ainda na Alemanha, Anatol Dutta e Christian Heinze editaram o estudo em homenagem ao jubileamento de Jürgen Basedow, cujo título principal é »Mehr Freiheit wagen« (Tübingen: Mohr Siebeck, 2018), com prefácio de Reinhard Zimmermann e Holger Fleischer. Basedow foi co-diretor do Instituto Max-Planck de Hamburgo, colega dos prefaciadores. O livro reúne escritos de seus ex-alunos e abrange áreas como Direito Comparado, Direito Civil, Direito do Trabalho e Direito Comercial.

A Revista de Direito Civil Contemporâneo, que completou 4 anos em 2018, efeméride registrada em belíssima coluna do ministro Humberto Martins (<https://www.conjur.com.br/2018-out-15/direito-civil-atual-homenagem-aos-anos-revista-direito-civil-contemporaneo>), ofereceu ao público lusófono alguns artigos estrangeiros de grande impacto. Claus-Wilhelm Canaris abordou o tema “O ‘contato social’ no ordenamento jurídico alemão” (RDCC, v. 16, p. 211-219, jul./set. 2018) e Marie-Christine Fuchs escreveu sobre “O efeito irradiante dos direitos fundamentais e a autonomia do direito privado : a ‘decisão Luth’ e suas consequências”, também no volume 16. Ambos os textos com tradução e notas deste colunista e de Patrícia Candido Alves Ferreira.

Nas efemérides, 2018 marcou o aniversário do caso Lüth, o mais importante da História do Tribunal Constitucional alemão, o que foi objeto de um artigo do ministro Dias Toffoli e deste colunista no jornal Folha de S. Paulo (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/09/60-anos-do-caso-lueth-e-a-autocontencao-judicial.shtml>). Importantes ainda os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição italiana de 1948, além dos 30 anos da Constituição brasileira de 1988. Quanto a estas duas últimas efemérides, Marcílio Toscano Franca Filho e este colunista escreveram em referência na Conjur (<https://www.conjur.com.br/2018-dez-31/2018-ano-duas-senhoras-constituicoes-encontraram>).

O ano que se encerrou também foi marcado pela concessão do título de doutora honoris causa da Universidade de Giessen, Alemanha, a Claudia Lima Marques, professora titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rodrigo Xavier Leonardo tornou-se chefe do Departamento de Direito Civil e Processual Civil da Faculdade de Direito da UFPR.

A Rede de Direito Civil Contemporâneo enriqueceu-se em 2018 com o ingresso de novas instituições, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Amazonas (<https://www.conjur.com.br/2018-dez-13/ufRJ-ufam-ingressam-rede-direito-civil-contemporaneo>), além da Universidade de Roma II-Tor Vergata (<https://www.conjur.com.br/2018-jul-26/universidade-roma-ingressa-rede-direito-civil-contemporaneo>).

Diversos eventos organizados pela Rede e pelo Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da USP também ocorreram em 2018, como o congresso internacional com a Universidade Humboldt de Berlim (<https://www.conjur.com.br/2018-mai-13/usp-universidade-alema-organizam-debate-direito-contemporaneo>), as jornadas luso-brasileiras de direito do autor, coordenado pela professora titular Silmara Chinellato e pelo professor associado Antonio Carlos

Morato (<https://www.conjur.com.br/2018-out-22/direito-civil-atual-jornadas-luso-brasileiras-direito-autor-relevancia>), o ciclo de conferências do catedrático Christian Baldus, da Universidade de Heidelberg (<https://www.conjur.com.br/2018-jun-10/usp- traz-professor-alemao-christian-baldus-heidelberg>), e as conferências de Benjamin Herzog sobre a epistemologia do Direito Civil alemão e brasileiro, que ocorreram em várias universidades brasileiras.

A Coordenação da Área do Direito da **CAPES**, em 2018, voltou a ser dirigida por um civilista, algo que ocorreu pela última vez há mais de uma década, com o atual ministro Edson Fachin. Por ato do Ministro da Educação, este colunista foi designado para um mandato de 4 anos à frente dessa importante missão institucional (<https://www.conjur.com.br/2018-abr-06/capes-nomeia-coordenadores-area-mandato-quatro-anos>).

Aos leitores, deseja-se um feliz começo de 2019. As esperanças são sempre renovadas nesta época do ano e, para o Direito Civil, cujas tradições e lastro histórico servem de guia para seu futuro, com ainda maior necessidade. Mais respeito pela boa técnica, mais coerência legislativa e mais dogmática de qualidade são os votos para esta jornada que se (re)inicia.

[1] STJ. REsp 1546165/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 06/09/2016.

[2]TEPEDINO, Gustavo. Multipropriedade imobiliária. Saraiva: São Paulo: 1993.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Instituição Nacional de Educação de Surdos abre 220 vagas para tutores As oportunidades são presenciais, em doze estados, e virtuais

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) abriu novo processo simplificado para contratação de tutores (professor mediador), por tempo determinado, presenciais e virtuais no âmbito da Universidade Aberta do Brasil/**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (UAB/CAPES)**. Serão 220 vagas imediatas, além de formação de cadastro reserva, para atuar no curso de graduação de pedagogia.

A remuneração mensal é de R\$ 765 para a jornada de 20h por semana. Os tutores trabalharão pelo período de até 48 meses, ficando os demais sujeitos a uma eventual chamada, dentro do prazo de validade do processo seletivo, equivalente a um ano.

Requisitos para a vaga: nível superior completo, possuir experiência mínima de um ano no magistério da educação básica ou superior, além de habilidade no uso de computadores no ambiente Windows e/ou Linux e facilidade de acesso aos recursos de conectividade à Internet (email, chat, fórum, ambiente virtual de aprendizagem, entre outros) e facilidade para lidar com mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação variadas.

Para participar, o candidato deverá preencher o formulário disponibilizado no site do Ines, onde informará seus dados, formação e experiência profissional, para pontuação individual.

As inscrições serão feitas presencialmente e sem custo, no lugar onde o candidato deseja trabalhar. Começam no dia 4 de fevereiro e terminam no dia seguinte, com exceção do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Palhoça Bilíngue, cujo período de inscrição dura entre 31 de janeiro e primeiro de fevereiro. Os endereços de cada polo, junto com os horários de funcionamento, estão disponíveis no edital.

O processo seletivo é constituído por três etapas. A primeira é a entrega de documentações, feita no ato da inscrição. Tais documentos são: identificação (identidade, carteira de trabalho, habilitação, passaporte), comprobatória de títulos de formação, comprobatória de experiência profissional e Currículo Lattes. A entrega deverá ser feita entre 31 de janeiro e primeiro de fevereiro.

A segunda etapa é a análise curricular, onde serão avaliadas a titulação, tempo de atuação, cursos e experiência profissional do candidato. Por fim, a terceira fase é a entrevista, feita em português e/ou libras, no período entre 11 e 12 de fevereiro.

topo ↕

MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR - NOTÍCIAS

Alagoana vence prêmio internacional por mérito em produção científica

Segundo informações do G1, a pesquisadora e professora alagoana Manaíra Aires Athayde foi um dos vencedores do Prêmio Científico Mário Quartin Graça 2018, que é concedido pelo Banco Santander Totta e pela Casa da América Latina, instituição portuguesa que estimula trabalhos de cooperação entre Portugal e países da América Latina.

Celebrado no dia 18 de dezembro durante cerimônia realizada em Lisboa, a brasileira foi premiada na categoria de melhor tese de doutorado em Ciências Sociais e Humanas, pelo trabalho científico “Ruy Belo e o Modernismo Brasileiro. Poesia, Espólio”, que estabelece conexões entre as literaturas brasileira e portuguesa.

“Este prêmio é uma fonte de motivação para que eu continue a desenvolver o meu trabalho com todo o empenho necessário, e espero que possa de alguma forma também incentivar aqueles que, assim como eu, têm dedicado a vida à pesquisa e ao ensino”, relata Manaíra Athayde.

Com a vida acadêmica iniciada na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Manaíra Athayde chegou à Universidade do Porto através de um programa de mobilidade, onde concluiu a graduação e seguiu, com o apoio de uma bolsa de estudos da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação do Brasil, para o curso de doutorado de Materialidades da Literatura, na Universidade de Coimbra. Ao longo de sua trajetória acadêmica, ela ainda atuou como professora da Universidade de Salamanca, na Espanha.

Quanto ao reconhecimento internacional, a pesquisadora, que mantém relações com o Brasil e Portugal, expõe ainda que o prêmio valoriza as produções intelectuais desenvolvidas em consonâncias entre os dois países.

“Um prêmio desta dimensão ajuda a fortalecer parcerias entre instituições brasileiras e estrangeiras, dando visibilidade a projetos que promovem ligações, intercâmbios, solidariedades entre países. É uma grande oportunidade para difundir e consolidar

trabalhos que se preocupem em criar relações de reciprocidade”, afirma.

Reconhecimento

Além da alagoana, nesta 9ª edição do prêmio foram agraciados pela excelência na produção de pesquisas científicas os trabalhos dos pesquisadores portugueses Fernando M. Martins, que se destacou na categoria Ciências Econômicas e Empresariais com a tese “Price and wages rigidities: macroeconomic evidence”; e de Gil Correia, que foi premiada na categoria Tecnologias e Ciências Naturais com a teses “Integração de caracterização de reservatórios com ajuste de histórico baseado em poços piloto: aplicação ao campo Norne”.

A 9ª edição do Prêmio Científico Mário Quartim Graça reuniu trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de diversos países, nomeadamente Portugal, Brasil, México, Argentina, Colômbia, Cuba, Equador, Honduras e Peru.

topo ↕

PARA+ - TEMPO REAL

Paraense pesquisa sobre hanseníase e vence prêmio na Bélgica

O doutorando em Doenças Tropicais, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Josafá Barreto, recebeu o Prêmio Jovem Cientista pela melhor apresentação oral no tema “Epidemiologia e Controle”. A cerimônia de entrega aconteceu durante o International Leprosy Congress (Congresso Internacional de Hanseníase), ocorrido no mês passado, em Bruxelas, na Bélgica, que teve como tema “Hidden challenges” (Desafios Ocultos)

O doutorando em doenças tropicais pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Josafá Barreto recebeu o Prêmio Jovem Cientista pela melhor apresentação oral no tema “Epidemiologia e controle”, durante o International Leprosy Congress (Congresso Internacional de Hanseníase), ocorrido mês passado, em Bruxelas, na Bélgica, com o tema “Hidden challenges” (“Desafios ocultos”).

O trabalho foi feito pelo Laboratório de Dermato-Imunologia (LDI) da UFPA, em parceria com a Universidade Estadual do Pará (Uepa) e a Unidade de Referência Marcelo Candia (URE Marcelo Candia), da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa). A pesquisa de campo teve a participação direta dos servidores do Estado.

O congresso teve 900 participantes, de 83 países, e mais de 500 trabalhos foram apresentados. Segundo Josafá Barreto, este é um dos maiores eventos da área. “Esta premiação é o reconhecimento de um trabalho feito com muita dedicação, que envolveu a participação maciça de todos os profissionais envolvidos. O prêmio coloca a pesquisa paraense como destaque, além de mostrar que no Pará existem grandes trabalhos sendo desenvolvidos na área da saúde”, afirmou.

Iniciada em 2009, a pesquisa foi feita em oito municípios do Estado: Castanhal, Marituba, Paragominas, Breves, Redenção, Parauapebas, Altamira e Oriximiná. O objetivo foi examinar pessoas que foram afetadas pela hanseníase, seus contatos próximos e estudantes da rede pública de ensino fundamental e médio.

O estudo, denominado “Análise espacial focando na transmissão de hanseníase entre crianças de uma área hiperendêmica da Amazônia Brasileira”, foi orientado pelo professor Claudio Salgado, coordenador do LDI. O projeto também teve a participação

de várias profissionais da área da saúde, inclusive de agentes comunitários de saúde dos municípios visitados.

Foram feitos exames clínicos dermatoneurológicos, coleta de sangue para sorologia antiPGL-1 e mapeamento dos casos notificados em cada município. Segundo Josafá Barreto, foram examinadas cinco mil pessoas, e 4% delas foram diagnosticadas com hanseníase.

Representantes da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, do Instituto Lauro de Souza Lima, Colorado State University e Emory University também colaboraram com o trabalho. A pesquisa recebeu suporte financeiro de diversas instituições, como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Saúde, Fundação Amazônia Paraense e Order of Marta.

Segundo dados oficiais da Coordenação Estadual do Programa de Controle da Hanseníase, no Pará foram registrados 3.862 casos novos da doença em 2012, o equivalente ao coeficiente de detecção de 49,37 para cada 100 mil habitantes.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC define idades para a entrada no ensino infantil e fundamental

Regras para entrada na escola, porém, dão nó nas cabeças dos pais no ano de transição para adoção da data única para disciplinar ingressos no ensino de crianças que completam 4 ou 6 anos

O que antes servia apenas para nortear estados e municípios, agora tem força de lei. O Ministério da Educação (MEC) sacramentou, em forma de portaria, a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) determinando a data de 31 de março como limite para crianças que completam 4 e 6 anos entrarem nos ensinos infantil e fundamental, respectivamente. O país tem a questão uniformizada, mas o corte etário continua causando confusão entre as famílias e escolas. A regulamentação, cujo martelo foi batido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em agosto, representa uma mudança de regras em alguns estados. Na prática, as mudanças valem apenas para 2020, uma vez que o cadastramento escolar da rede pública foi feito antes da normatização. Em período de matrícula, os estabelecimentos privados ainda aceitarão novos alunos nas normas antigas. E, para evitar prejuízos, quem já está na sala de aula, independentemente da série, segue seu percurso, sem alteração.

No início de agosto, o STF julgou se era da competência ou não do CNE fixar a data de corte para ingresso em todo o Brasil. E concluiu que o conselho tem competência para tal e pode fixar a resolução, que surgiu para nortear a questão no país e, até então, não tinha caráter de lei. A decisão foi tomada em resposta a duas ações conjuntas que tratavam do tema. Uma delas foi ajuizada em 2013 pela Procuradoria-Geral da República e contestava as resoluções 6/2010 e 1/2010, que definiram a data de corte de 31 de março para 4 anos e 6 anos.

A outra, de 2007, foi ajuizada pelo governo do Mato Grosso do Sul, que pedia a declaração de constitucionalidade dos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a interpretação de que o ingresso no ensino fundamental está limitado a crianças com 6 anos de idade completos no início do ano letivo.

Para uniformizar a questão, desta vez, o MEC publicou, em 5 de outubro, a Portaria 1.035, em que o homologa o parecer do CNE e põe fim às diferenças de entendimento país afora. Em caráter de exceção, a lei assegura às crianças que estão matriculadas e frequentando instituições de ensino até a data de publicação da portaria, mesmo que o aniversário seja entre 1º de abril e 30 de junho (data usada em pelo menos cinco estados. Entre eles, Minas Gerais), o prosseguimento sem retenção.

Prejuízo?

A analista de sistemas Luciana Leal Ambrósio, de 40 anos, vê ainda com desconfiança as mudanças e teme prejuízos à filha Sarah Ambrósio Lana, de 4. A menina faz aniversário dia 4 de abril e, ao saber por uma amiga das novas regras, no início do segundo semestre, teve medo de ela ficar retida no 1º período, série da educação infantil que cursou neste ano. “Quando soube, foi uma sensação de desalento. Por causa de quatro dias, minha filha seria obrigada a repetir de ano mesmo sendo capaz de acompanhar todas as outras crianças de sua turma perfeitamente”, contou. Luciana pensou em tirar Sarah da atual escola, caso o cenário inicialmente imaginado se confirmasse. “Acredito que para uma criança de 5 anos seja doloroso ver todos seus coleguinhas serem ‘aprovados’ e ela não. Além disso, há a questão financeira envolvida e o fato de a criança estar apta a seguir em frente”, diz.

Mesmo já tendo conversado na escola e tido assegurado que a lei prevê a continuidade do percurso escolar, Luciana ainda tem medo de Sarah ter a matrícula para o 1º ano negada ano que vem para ingresso em 2020. “Nesses casos, acho que é um prejuízo emocional para a criança e financeiro para os pais, sem justificativa plausível, uma vez que ela se encontra perfeitamente adaptada a sua atual condição.”

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Em Brasília, diretor do Museu Nacional busca apoio do novo governo

O diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Alexander Kellner, está em Brasília para buscar diálogo com o novo governo e pedir a continuidade das ações para a recuperação do local. Ele participou da posse do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, e afirmou que a recepção foi positiva. “O ministro chegou a segurar um botton com os dizeres Museu Vive.”

Hoje (2) faz quatro meses desde o incêndio que destruiu 90% do acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, na Quinta da Boa Vista. O espaço recebeu ajuda do governo federal e, também, de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para a reconstrução. Segundo o diretor ainda falta muito a ser feito.

Por estar ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolver pesquisas e ter também função cultural, a instituição está sob os cuidados de três ministérios: da Educação (MEC), da Cultura (MinC) e do MCTI. “O primeiro passo que estamos buscando é justamente o contato com o governo”, disse. A prioridade é a manutenção do apoio financeiro do MEC para o escoramento do edifício. “O resgate é a principal tarefa agora e para fazer o resgate é preciso estabilizar o prédio”.

Kellner ainda não tem audiências agendadas. Junto ao MinC, ele vai pleitear apoio aos projetos e também recursos. A pasta não liberou nenhum recurso financeiro até o

momento para a reconstrução do museu. Junto ao MCTI, a busca é por ajuda para a reconstrução do prédio de laboratórios.

“O Museu Nacional é um bem que transcende tudo. Essa situação negativa que aconteceu com o Museu repercutiu muito mal para o país. Acho que é do interesse de todos a reconstrução do Museu o quanto antes. Recebemos mais de 5 mil cartas e manifestações de instituições de dentro e fora do país lamentando a situação”, defende o diretor.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Novo Ministério da C&T mantém parte da estrutura, mas renova equipe

O novo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, assumiu hoje (2) o comando da pasta. Na cerimônia, o ministro anunciou a nova estrutura do órgão e a equipe responsável pela gestão do setor a partir desta quarta-feira. Pontes substituiu na pasta Gilberto Kassab, que foi indicado pelo governador João Doria para a Casa Civil do governo de São Paulo.

O ministério foi formado na gestão de Kassab, com a unificação das antigas pastas da Ciência e Tecnologia e das Comunicações, mantidas como estruturas separadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Anteriormente, durante o governo de Fernando Collor, a pasta das Comunicações já tinha sido integrada ao Ministério da Infraestrutura, que foi retomado agora, mas com outra configuração.

Conforme informou hoje na cerimônia de transmissão de cargo, Marcos Pontes manteve boa parte da estrutura anterior, mas com renovação total da equipe. O secretário executivo é o ex-deputado federal Júlio Semeghini, que presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara. O coronel da Força Aérea Carlos Baptistucci vai para a Secretaria Executiva Adjunta e o brigadeiro do ar Celestino Todesco, para a chefia de gabinete.

A Secretaria de Pesquisa, que ganhou nova atribuição, agora é de Pesquisa e Formação e será responsável por duas prioridades do novo ministro: a divulgação da C&T nas escolas e fortalecimento das carreiras. O secretário é o ex-vice-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Marcelo Morales. Na Secretaria de Empreendedorismo e Inovação, o comando é de Paulo César Alvim.

A Secretaria de Planejamento também teve funções estendidas, ao abarcar processos de controle e cooperação e, de acordo com Pontes, funcionará como um “escritório de projetos”, monitorando o desempenho das ações da pasta, estabelecendo indicadores de andamento e ajustando o que for necessário. O objetivo é dar “eficiência” ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), atuando para monitorar “retornos de investimento” das iniciativas. Para ela foi escolhido Antônio Franciscangelis Neto.

Órgãos de pesquisa

Permanecem na estrutura do MCTIC diversos órgãos, como o CNPq; os conselhos nacionais de C&T, Informática e Automação, e Controle de Experimentação Animal; os institutos Nacional de Águas, da Mata Atlântica, de Pesquisa do Pantanal, de Pesquisas Espaciais, de Pesquisas da Amazônia, de Tecnologia e de Informação em Ciência e

Tecnologia.

Estão incluídos ainda na pasta centros de pesquisa, o Observatório Nacional, laboratórios e dois museus (de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro, e Emílio Goeldi, em Belém).

Comunicações

As políticas da área das comunicações continuarão organizadas em torno de duas secretarias: Radiodifusão e Telecomunicações, para as quais foram nomeados o engenheiro Elifas Gurgel do Amaral, ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e Vitor de Menezes, que ocupava uma superintendência na agência até dezembro.

Permanecem vinculados ao MCTIC a Anatel, os Correios e a Telebrás.

Sobre as estatais, Pontes afirmou hoje, em entrevista a jornalistas, que vai “avaliar problemas” das empresas, em diálogo com a equipe econômica.

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

**De dez promessas feitas, Bolsonaro dependerá do Congresso em oito
Presidente possui três dispositivos para aprovar leis: PL, PEC e MP**

Empossado, o presidente Jair Bolsonaro terá a missão de pôr em prática as promessas feitas na campanha. De dez propostas selecionadas pelo jornal O Estado de S. Paulo e analisadas com ajuda de especialistas, oito dependem do Congresso.

Com base na legislação brasileira, o presidente possui três dispositivos para aprovar leis. Um é via Projeto de Lei (PL), que depende da maioria de votos favoráveis dos parlamentares presentes na sessão, caso seja uma lei ordinária e da maioria absoluta de cada Casa, se for uma lei complementar. Outro dispositivo é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que precisa de 3/5 de votos do total de parlamentares da Câmara e do Senado. Estes dois recursos também podem ser apresentados por deputados e senadores.

Por fim, o presidente ainda pode apresentar uma Medida Provisória (MP). Nesse caso, a lei passa a valer assim que é publicada. No entanto, o Congresso tem um prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias para aprovar o projeto. Caso isso não ocorra, a medida perde efeito. Esse último dispositivo é prerrogativa única do presidente.

1. Mudança da Embaixada de Israel

Bolsonaro prometeu, ainda durante a campanha eleitoral, mudar a embaixada brasileira em Israel. A sede do governo iria de Tel-Aviv para Jerusalém. O primeiro-ministro israelense, Biyamin Nethanyahu, disse recentemente que Bolsonaro confirmou a mudança. O presidente tem a prerrogativa de fazer a alteração sem consultar o poder legislativo. "Basta uma ordem do presidente que o Itamaraty vai cumprir, não depende de aprovação de Congresso", afirma a professora de direito internacional da PUC-SP Claudia Villagra. Apesar da autonomia, a medida é polêmica do ponto de vista diplomático, uma vez que reconheceria Jerusalém como capital de Israel. Há décadas a cidade é centro de disputas entre israelenses e palestinos, que a reivindicam como sua capital.

Em dezembro de 2017, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que iria mudar a embaixada norte-americana para Jerusalém. No mesmo mês, o governo brasileiro e outros 127 países apoiaram uma resolução da ONU condenando a transferência. Em maio de 2018, a mudança foi oficializada, o que desencadeou uma série de protestos dos palestinos. No dia da inauguração da nova sede, ao menos 52 manifestantes foram mortos.

O presidente eleito Jair Bolsonaro recebe a visita do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, em Copacabana.

Em dezembro de 2018, após a confirmação de Bolsonaro de que a proposta será levada adiante, a Liga Árabe aprovou uma resolução apontando que a região tomará as "medidas políticas, diplomáticas e econômicas necessárias", caso a embaixada brasileira mude para Jerusalém.

2. Inclusão de disciplinas na Base Curricular Comum

Durante a campanha ao Planalto, o então candidato a vice-presidente general Hamilton Mourão afirmou que, caso eleito, Bolsonaro gostaria de reintroduzir as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) no currículo escolar. Ambas foram tornadas obrigatórias durante o regime militar, por meio de decreto presidencial. A medida foi revogada 24 anos depois, no governo de Itamar Franco.

Segundo a advogada e integrante do Movimento Todos pela Educação, Alessandra Gotti Bontempo, a Lei nº 13.415, de 2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e determinou que qualquer mudança dessa natureza teria que vir pelo Ministério da Educação (MEC), validada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação, sem necessidade de passar pelo Congresso.

"Ao mesmo tempo, o MEC pode enviar proposta de inclusão de competências ou habilidades destes temas que já não estejam contempladas na Base Nacional Comum Curricular para inclusão no documento pelo CNE", explica Eduardo Deschamps, ex-presidente do CNE.

3. Corte de Ministérios

Em seu programa de governo, entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante a campanha presidencial, Bolsonaro propõe uma redução no número de pastas, afirmando que "um número elevado de ministérios é ineficiente, não atendendo os legítimos interesses da Nação." Após a eleição, o futuro presidente anunciou que irá reformular os ministérios.

Algumas pastas serão fundidas, como os atuais Ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, que irão formar o Ministério da Economia. Outras extintas, como o Ministério do Trabalho. Apesar de já ter sido anunciada, a reformulação precisa passar pelo poder legislativo. Segundo o professor de direito da USP Floriano Peixoto Neto, a Constituição prevê que em casos de criação de despesas, ou extinção de cargos, a mudança deve ser aprovada pelo Congresso. "Normalmente é enviada por MP", diz. Ele

acredita que a alteração não irá encontrar resistência.

Cabe exclusivamente ao presidente, sem a necessidade de aprovação do Congresso, organizar a administração das pastas. Isso significa que ele pode deslocar, por exemplo, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Fazenda, para o Ministério da Justiça, conforme anunciou o futuro ministro da pasta, Sérgio Moro.

4. Saidinhas e indultos de presos

Bolsonaro poderá, sozinho, acabar com o indulto natalino aos presos. O indulto é um perdão de pena que costuma ser concedido pelo presidente na época do Natal. O dispositivo está previsto na Constituição e vale para os presos que cumprem determinados requisitos. Para entrar em vigor, o presidente precisa assinar um decreto a cada ano. Por isso, para cancelar o indulto, basta que Bolsonaro não assine o documento.

Já o processo para acabar com as saidinhas temporárias é um pouco mais complicado. O professor de direito penal da FGV Conrado Gontijo explica que a revogação do benefício não é tão simples, pois trata-se de uma matéria disciplinada pela lei de execuções penais, o que impede, inclusive, a edição de uma MP. "Apenas o Congresso Nacional tem condição de alterar essa questão", diz.

5. Revogação do Estatuto do Desarmamento

Uma das principais promessas nas quais a campanha presidencial de Jair Bolsonaro foi baseada, a revogação à proibição do porte de arma não poderá ser feita com uma canetada. Para isso, será necessário que o Congresso aprove um PL que altere o Estatuto do Desarmamento, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.

Atualmente, tramita na Câmara o PL3722 proposto em 2012 pelo deputado Rogério Peninha Mendonça (MDB) e relacionado ao tema. O texto já passou pelas comissões da Casa e agora precisa ser votado em plenário.

O presidente, no entanto, tem a prerrogativa de flexibilizar alguns pontos do estatuto sem precisar de aprovação legislativa. O diretor executivo do Instituto Sou da Paz, Ivan Marques, afirma que alguns dispositivos da lei são de competência da Polícia Federal (PF) e do Ministério da Justiça, ambos controlados por Bolsonaro. "Ele pode alterar, por exemplo, o número de armas que as pessoas podem ter, ou tipo de calibre permitido."

6. Redução da Maioridade Penal

Para aprovar essa promessa de campanha, incluída no programa de governo, Bolsonaro vai precisar contar com o apoio do Congresso. A matéria, de acordo com o professor Gontijo, só pode ser alterada por emenda constitucional. Isso ocorre porque tanto a Constituição, quando o Código Penal, afirmam que menores de 18 anos são "inimputáveis" e sujeitos às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Gontijo entende, no entanto, que essa definição poderia ser considerada uma cláusula pétrea da Constituição, o que impediria qualquer alteração. "Eu compreendo que isso sequer poderia ser feito", afirma.

Em 2015, uma PEC foi aprovada pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. À época, o texto foi alvo de polêmica, pois Cunha valeu-se de uma manobra para conseguir os votos necessários para aprovação. A proposta havia sido rejeitada no dia anterior, mas foi colocada em pauta novamente com algumas alterações, que deixavam o texto mais brando. A proposta reduz a maioria penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos, homicídio doloso (com intenção de matar) e lesão corporal seguida de morte. Para ser aprovada, a PEC ainda precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, depois, votada em plenário em dois turnos. É necessário 3/5 dos votos em ambas as votações, o que representa 49 votos favoráveis.

7. Acordo de Paris

Em diversas ocasiões durante a campanha eleitoral, Bolsonaro deixou no ar uma possível retirada do Brasil do Acordo de Paris. A saída do tratado, firmado em 2015, pode levar tempo e algum esforço político do presidente eleito, que sugere que o acordo "fere a soberania do País". As regras firmadas preveem que nenhum país signatário deixe o tratado antes de três anos da entrada em vigência, que só ocorreu em 2016. Dessa forma, a partir de 2019 Bolsonaro poderá iniciar a movimentação para uma eventual retirada.

Ao contrário dos EUA, onde o presidente tem a prerrogativa de decidir sozinho pela retirada, no Brasil isso precisa ser autorizada pelo Congresso, via Projeto de Lei. A professora de direito internacional da USP, Maristela Basso, explica que essa diferença existe por conta da maneira como cada país negociou a entrada no acordo. "Nos EUA o Congresso deu fast track ao presidente. Para entrarem no pacto de Paris, bastava a assinatura dele." Segundo a professora, a adesão do Brasil ao acordo, que estabelece metas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, teve que passar pelo Congresso e, portanto, a retirada deve seguir o mesmo processo. "Bolsonaro pode dizer o que ele quiser, mas tem que ter autorização do Congresso Nacional."

8. Nova Carteira de Trabalho

Em seu programa de governo, o presidente eleito promete a criação de uma nova carteira de trabalho "em que o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais". O novo modelo teria capa verde e amarela e seria destinado principalmente a novos trabalhadores, ingressantes no mercado de trabalho. Funcionaria como uma alternativa a carteira de trabalho tradicional, de capa azul, que garante acessos aos direitos e garantias fundamentais previstos no artigo sétimo da Constituição e que são reforçados pela Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

Segundo o advogado trabalhista Luís Carlos Moro, Bolsonaro não poderia, sozinho, mudar os direitos básicos previstos na Constituição, pois seria necessária uma emenda constitucional e assim o aval do Congresso. "Teria que fazer uma modificação de natureza constitucional muito difícil, questionável até do ponto de vista da possibilidade jurídica na medida em que ele alteraria cláusulas pétreas."

Por outro lado, professor de direito trabalhista da FGV, Paulo Sérgio João afirma que o presidente eleito poderia, eventualmente, propor uma mudança na forma como está garantido o direito. "O fundo de garantia, por exemplo, é um direito, mas é a lei que determina que o valor corresponde a 8% do salário."

9. Cotas

Criticada por Bolsonaro durante a campanha presidencial, a lei de cotas não poderá ser alterada com uma canetada, mas tampouco depende de um expressivo apoio legislativo. Isso porque trata-se de uma lei ordinária, logo, qualquer alteração precisa apenas de uma maioria simples, ou seja, a maioria dos parlamentares presentes na sessão. A advogada constitucionalista Vera Chamim acredita que Bolsonaro não terá dificuldades para endurecer a lei, se assim desejar. "Se ele quiser mudar a lei de cotas ele vai precisar de uma maioria simples. Acho que vai ser relativamente fácil."

Outra alternativa seria mudar essa legislação por Medida Provisória. Nesse caso, contudo, pode haver contestamento jurídico, segundo o professor de direito da USP Floriano Peixoto Neto. "A Constituição veda a MP para temas que envolvem a cidadania. Poderia haver um entendimento de cidadania no sentido de incluir as políticas afirmativas dentro dessa discussão".

10. Reforma da Previdência

Apontada como uma das prioridades do novo governo, a Reforma da Previdência precisaria ser aprovada como PEC. Isso requer ao menos 308 votos favoráveis em dois turnos na Câmara e outros 49 votos em dois turnos no Senado. Além disso, a proposta ainda precisaria ser aprovada na CCJ das duas Casa legislativas, o que deve levar algum tempo, caso uma nova proposta seja formulada.

Uma maneira de acelerar o processo seria aprovar a PEC proposta pelo atual presidente Michel Temer. O projeto já passou pela CCJ da Câmara e está pronto para ir a plenário. Bolsonaro, no entanto, já sinalizou que não pretende colocar essa proposta em votação. A legislação permite que o texto já aprovado sofra alterações para que fique mais próxima ao que deseja a equipe econômica do presidente eleito. Mas, segundo a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Adriana Bramante, a descaracterização do texto original não é o melhor caminho. "Fica ruim e daqui a um ano estaremos discutindo reforma previdenciária de novo."

Uma terceira possibilidade, seria enviar um PL, que necessita de menos votos, ou até mesmo editar uma Medida Provisória. Porém os pontos que estão contemplados na Constituição só podem ser alterados com emenda. "Bolsonaro não poderia, por exemplo, colocar idade mínima na aposentadoria", diz Adriana.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA

Matrícula das dúvidas

Regras para entrada na escola dão nó nas cabeças dos pais no ano de transição para adoção da data única para disciplinar ingressos no ensino de crianças que completam 4 ou 6 anos

EDUCAÇÃO

O que antes servia apenas para nortear estados e municípios, agora tem força de lei. O Ministério da Educação (MEC) sacramentou, em forma de portaria, a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) determinando a data de 31 de março como limite para crianças que completam 4 e 6 anos entrarem nos ensinos infantil e fundamental, respectivamente. O país tem a questão uniformizada, mas o corte etário continua causando confusão entre as famílias e escolas. A regulamentação, cujo martelo foi batido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em agosto, muda as regras em Minas Gerais, apesar de a lei em vigor, que determina 30 de junho como referência, ainda não ter sido revogada. Na prática, as mudanças valem apenas para 2020, uma vez que o cadastramento escolar da rede pública foi feito antes da normatização. Em período de matrícula, os estabelecimentos privados ainda aceitarão novos alunos nas normas antigas. E, para evitar prejuízos, quem já está na sala de aula, independentemente da série, segue seu percurso, sem alteração.

No início de agosto, o STF julgou se era da competência ou não do CNE fixar a data de corte para ingresso em todo o Brasil. E concluiu que o conselho tem competência para tal e pode fixar a resolução, que surgiu para nortear a questão no país e, até então, não tinha caráter de lei. A decisão foi tomada em resposta a duas ações conjuntas que tratavam do tema. Uma delas foi ajuizada em 2013 pela Procuradoria-Geral da República e contestava as resoluções 6/2010 e 1/2010, que definiram a data de corte de 31 de março para 4 anos e 6 anos.

A outra, de 2007, foi ajuizada pelo governo do Mato Grosso do Sul, que pedia a declaração de constitucionalidade dos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a interpretação de que o ingresso no ensino fundamental está limitado a crianças com 6 anos de idade completos no início do ano letivo. Pela legislação mineira, crianças que completam 4 anos ou 6 anos até 30 de junho entram no ensino infantil (1º período) ou no fundamental, no ano corrente.

Para uniformizar a questão, desta vez, o MEC publicou, em 5 de outubro, a Portaria 1.035, em que o homologa o parecer do CNE e põe fim às diferenças de entendimento país afora. Em caráter de exceção, a lei assegura às crianças que estão matriculadas e frequentando instituições de ensino até a data de publicação da portaria, mesmo que o aniversário seja entre 1º de abril e 30 de junho (data usada em pelo menos outros quatro estados, além de Minas), o prosseguimento sem retenção. Em oito anos, é a terceira vez que a data de corte é alterada em Minas. Em 2010, quando do parecer do CNE, ela mudou de abril para maio. Dois anos depois, a lei mineira estabeleceu novos critérios e, agora, vem a uniformização. Nos casos anteriores, as crianças que já estavam na escola tiveram sua etapa sacrificada, sendo necessário avançá-las ou retê-las.

Também em outubro, a Secretaria de Estado de Educação publicou orientação seguindo a portaria do MEC. No fim do mês passado, foi a vez da Secretaria Municipal de Educação (Smed) entrar na questão. A Resolução 001/2018, do Conselho Municipal de Educação, estabeleceu diretrizes operacionais complementares para a matrícula de crianças na rede pública, considerando 2019 como um período de transição. Assim, as novas matrículas serão consideradas a partir de 2019, para ingresso em 2020.

PREJUÍZO? A analista de sistemas Luciana Leal Ambrósio, de 40 anos, vê ainda com desconfiança as mudanças e teme prejuízos à filha Sarah Ambrósio Lana, de 4. A

menina faz aniversário dia 4 de abril e, ao saber por uma amiga das novas regras, no início do segundo semestre, teve medo de ela ficar retida no 1º período, série da educação infantil que cursou neste ano. “Quando soube, foi uma sensação de desalento. Por causa de quatro dias, minha filha seria obrigada a repetir de ano mesmo sendo capaz de acompanhar todas as outras crianças de sua turma perfeitamente”, contou. Luciana pensou em tirar Sarah da atual escola, caso o cenário inicialmente imaginado se confirmasse. “Acredito que para uma criança de 5 anos seja doloroso ver todos seus coleguinhas serem ‘aprovados’ e ela não. Além disso, há a questão financeira envolvida e o fato de a criança estar apta a seguir em frente”, diz.

Mesmo já tendo conversado na escola e tido assegurado que a lei prevê a continuidade do percurso escolar, Luciana ainda tem medo de Sarah ter a matrícula para o 1º ano negada ano que vem para ingresso em 2020. “Nesses casos, acho que é um prejuízo emocional para a criança e financeiro para os pais, sem justificativa plausível, uma vez que ela se encontra perfeitamente adaptada a sua atual condição.”

Rede privada adota a cautela

A rede particular segue a orientação e não vai adotar o 31 de março para alunos que já estão matriculados. O Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (Sinep/MG) enviou recomendação a todas as escolas. “A criança que estiver na escola não terá prejuízo algum, independente da faixa etária. As escolas particulares seguem o parecer e estão sendo orientadas a fazer matrícula seguindo o dia 30 de junho. Somente usarão a lei para quem for cursar em 2020. Os que já estão permanecem como tal. Reter essas crianças é péssimo para elas, os pais e a escola. Não funciona.”

O diretor-executivo do Colégio Arnaldo, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte, Geraldo Júnio, também aprova a cautela. “Muitas escolas já estavam com processo de admissão em curso quando a portaria foi publicada. A rede privada só vai sentir essa nova realidade daqui uns três anos, quando toda a leva de crianças estiver na faixa do 31 de março. Não é perfil das famílias da escola particular não passar pela educação infantil, logo, ainda teremos muitas crianças estudando que fazem aniversário depois de 31 de março”, diz. Para ele, a decisão de não alterar o percurso escolar de quem já está matriculado é acertada: “Essas crianças já têm experiência escolar, logo, migrar a sala e reter algumas é complicado, porque essa criança vai encontrar um público que chega com o desenvolvimento psicomotor totalmente diferente da turma dela.”

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

Base curricular para educação igualitária

Christina Fabel

Diretora do Colégio ICJ Sistema de Ensino Bernoulli

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada recentemente como um documento de referência para os conhecimentos indispensáveis aos estudantes brasileiros. O processo foi definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD nº 9.394/1996) e deverá ser implantado em todas as escolas brasileiras a partir de 2019 com prazo máximo de aplicação no início de 2020. A BNCC desponta como uma ferramenta de superação de dificuldades históricas ao diminuir as distâncias entre a educação nas regiões, Norte ou Sul, urbano ou rural. A implementação de um currículo nacional obrigatório torna o ensino mais igualitário, respeitando as diferenças regionais.

A versão da BNCC para a educação infantil e o ensino fundamental foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em 20 de dezembro de 2017. Já a versão sobre o ensino médio teve sua aprovação em 14 de dezembro deste ano. Juntos, os documentos formam a BNCC da educação básica, desenvolvida com a colaboração de especialistas, gestores, docentes e das comunidades.

A proposta define competência como a mobilização de conhecimentos (saberes), habilidades (capacidade para aplicar os saberes no cotidiano), atitudes (força interna para utilizar os conhecimentos e habilidades) e valores (capacidade para utilizar os conhecimentos e habilidades conforme valores universais, como direitos humanos, ética e justiça social para resolver situações complexas do cotidiano, em casa ou no trabalho, por exemplo).

A base propõe competências priorizando habilidades socioemocionais, como autoconsciência, autogerenciamento, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. A inclusão dessas habilidades reforça a ideia de que a escola deve ir além de apenas se debruçar sobre conteúdos, pois é necessário formar pessoas capacitadas para identificarem emoções, trabalharem em grupo, respeitarem o outro, terem empatia, autoconfiança e habilidades de relacionamento. As crianças e jovens poderão se transformar em profissionais com capacidade cognitiva, mas, também, com maior formação cidadã.

A base ainda estabelece o trabalho em espiral, ou seja, o aluno vai rever os eixos ao longo dos anos, aumentando o nível de complexidade a cada etapa para progredir conceitualmente, conforme desenvolve habilidades e maturidade. A criança aprenderá as noções básicas sobre certa matéria, desde os primeiros anos de ensino e, quando chegar ao momento de aprofundar aquele assunto, já terá maior familiaridade.

Entre as 10 competências que os estudantes precisam desenvolver ao longo da trajetória escolar, duas delas são referentes a tecnologia e inovação que devem ser relacionadas com os processos com a aprendizagem, considerando o avanço de uma sociedade cada vez mais digital.

A competência número 4 prevê a utilização de linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital para se expressar e partilhar informações e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. A competência evidencia a necessidade de uma comunicação mais efetiva, abrangendo diferentes formas de expressão e plataformas, até porque a leitura e a escrita são apenas algumas das maneiras de se comunicar atualmente.

Já a número 5 é mais específica para tecnologia ao considerar que o aluno deve dominar o mundo digital com habilidades para utilizar, com qualidade e ética, as diversas ferramentas existentes, dimensionando o impacto dela no cotidiano das pessoas.

O fato é que a adaptação à BNCC será um desafio para alunos e professores. As mudanças estimularão estudantes a serem capazes de desenvolver melhor suas habilidades e se tornarem protagonistas no âmbito escolar com voz e participação ativa na aprendizagem, diminuindo desigualdades.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Mais ensino a distância

Percentual de aulas em cursos superiores vai para 40%

Agência Estado

Os cursos de graduação do País passam a ter a possibilidade de oferecer, em aulas a distância, até 40% de sua carga horária. O limite até então era de 20%. A ampliação foi prevista em uma nova portaria sobre o tema publicada na última segunda-feira, 31 de dezembro de 2018, no Diário Oficial da União, pelo Ministério da Educação (MEC). A medida não vale para cursos da área da saúde e de engenharia.

O documento estabelece que as disciplinas na modalidade a distância devem estar claramente identificadas na matriz curricular do curso, assim como o projeto pedagógico do curso deverá indicar a metodologia a ser usada nessas disciplinas.

A ampliação para 40% só será possível se a instituição de ensino superior estiver credenciada em ambas as modalidades, presencial e a distância, com conceito institucional (CI) igual ou superior a 4.

Também precisa possuir um curso de graduação na modalidade a distância, com conceito de curso (CC) igual ou superior a 4, que tenha a mesma denominação e grau de um dos cursos de graduação presencial reconhecidos e ofertados pela instituição.

De acordo com a portaria, as avaliações das disciplinas a distância assim como atividades práticas exigidas pelas diretrizes curriculares dos cursos devem ser realizadas presencialmente, na sede ou em um dos campi da instituição.

topo ↕

O POVO - CE - OPINIÃO

As (in)certezas do Ano Novo (01/01)

A Lei Orçamentária de 2019, aprovada pelo Congresso Nacional, prevê receitas e despesas totais de R\$ 3,381 trilhões. Destes, R\$ 758,7 bilhões, equivalentes a 22,44%, estão destinados para o refinanciamento da dívida pública. Apenas R\$ 119,6 bilhões, ou 3,5% do orçamento estão previstos para investimentos.

Em matéria publicada no Valor Econômico, pelo jornalista Sergio Lamucci, em novembro de 2018, observa-se que o investimento público no Brasil, no período de 2000 a 2017, é o penúltimo entre 42 países, de acordo com levantamento feito pelo Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. O índice considerado na análise é o percentual dos investimentos em relação ao PIB e representa os gastos da União e dos governos estaduais e municipais, excluindo-se as despesas de empresas estatais.

Com o aprofundamento das crises política e econômica, a partir de 2015, o investimento público entrou em queda livre, chegando em 2017 ao pior resultado desde 1947, quando teve início a série histórica. Em 2017, as três esferas de governo investiram o equivalente a 1,16% do PIB. Valor inferior à média do período de 2000 a 2017, que foi de 1,92% do PIB. A mesma tendência observa-se no financiamento da pesquisa e da pós-graduação do País, fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico e imprescindíveis para a retomada do desenvolvimento econômico e da competitividade internacional.

Não há perspectivas de avanços em 2019 e a previsão é que o PIB continuará crescendo em torno de 1,0% e, sem a revogação da EC 95/2016 e a retomada do financiamento do

sistema de educação, ciência e tecnologia, não haverá futuro promissor para o Brasil.

De acordo com John Holden, diretor da Yenching Academy da Universidade de Pequim, "um país que não tem suas universidades integradas aos processos internacionais de manejo e geração de conhecimentos, também não pode aspirar a ter suas indústrias e sua produção integradas aos padrões internacionais de geração de riqueza". Aqui, como tudo indica, sem investimentos, marchamos na direção oposta.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Biossensor de câncer de pâncreas pode chegar às farmácias

Vencedor do Prêmio Capes de Teses conta sobre o desenvolvimento do projeto e explica as possíveis aplicações

O Prêmio **Capes** de Teses 2018 destacou um trabalho que utiliza biossensores para a detecção precoce de câncer de pâncreas. O Jornal da USP no Ar conversou com o físico e pesquisador da USP em São Carlos, Andrey Coatrini Soares, vencedor do prêmio por este estudo na área de materiais e do grande prêmio de Exatas.

Soares conta que o trabalho começou em sua iniciação científica, quando estudou a detecção precoce do câncer de mama. Depois disso, direcionou as técnicas desenvolvidas para o câncer de pâncreas, que tem maior taxa de mortalidade, chegando a aproximadamente 99%, e normalmente é diagnosticado tardiamente. A partir daí, utilizou a nanotecnologia, com o desenvolvimento de matrizes poliméricas, para diminuir o custo do sensor e o tempo de detecção.

O biossensor é composto de camadas nanométricas de materiais poliméricos que ajudam a preservar a atividade das biomoléculas utilizadas no estudo. Ocorre uma interação específica entre as biomoléculas escolhidas e os anticorpos, e há a geração de um sinal elétrico medido pelo sensor, explica o pesquisador. A intenção é que no futuro essa tecnologia possa ser disponibilizada através de testes de farmácia, como são hoje os testes de glicose e, por enquanto, utilizada no Hospital de Câncer de Barretos, que foi parceiro durante o trabalho. A principal dificuldade para avançar o projeto é o financiamento. Soares estima que seriam necessários mais dois ou três anos de aperfeiçoamento para que esses objetivos se tornem realidade.

O especialista explica que, desde o princípio, a ideia foi desenvolver algo que fizesse parte da cadeia inicial do tratamento, verificando as suspeitas e detectando a predisposição à doença. Além disso, a tecnologia permite que, após o diagnóstico, o paciente acompanhe a eficácia do tratamento utilizado. Soares destaca ainda a versatilidade desse tipo de pesquisa, que pode ser aplicada para outros tipos de câncer. Como exemplo cita um trabalho sendo desenvolvido por seu grupo de pesquisa para a detecção do câncer de próstata mais de uma década antes de a doença se manifestar.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Ciência em prol da vida

Com pós-graduação em oncologia, A.C. Camargo Cancer Center forma pesquisadores que atuam no combate ao câncer

Em todo o mundo, as pesquisas na área oncológica avançam a passos largos e, entre os reflexos desse ritmo acelerado, destaca-se o aumento nas opções de terapias e nos índices de cura. O profissional de saúde precisa acompanhar toda essa movimentação científica. No Brasil, o A.C. Camargo Cancer Center, referência internacional em

oncologia, promove, desde 1997, programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, a **Capes**, ligada ao Ministério da Educação.

Com mais de 20 anos de história e excelência, a pós-graduação do A.C. Camargo já formou mais de 750 mestres e doutores. Muitos, inclusive, trabalham como pesquisadores em instituições de ensino de todo o país e no exterior.

O corpo docente é formado por pesquisadores renomados que atuam de maneira integrada com a prática clínica assistencial. “Oferecemos infraestrutura moderna, com laboratórios e tecnologia de última geração. Na avaliação mais recente da **Capes**, a pós-graduação do A.C. Camargo foi muito bem avaliada, recebendo conceito ‘muito bom’”, diz José Humberto Fregnani, superintendente de ensino. Atualmente, somam-se cerca de 220 alunos matriculados, sendo dois terços inscritos no doutorado.

Um dos grandes diferenciais do A.C. Camargo Cancer Center para o desenvolvimento de pesquisa da pós-graduação é o Biobanco, que armazena mais de 70 000 amostras de tumores e 20 000 de macromoléculas (DNA e RNA). Trata-se de um acervo coletado com autorização do paciente, dentro das rígidas normas do Conselho Nacional de Saúde. Todo esse material armazenado, à disposição dos pesquisadores e alunos da pós-graduação, permite a descoberta de novas informações genéticas dos tumores que acabam, no final das contas, beneficiando os próprios pacientes.

Entre as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação, há uma variedade de temas essenciais na oncologia, que incluem a investigação de mecanismos moleculares envolvidos no aparecimento e progressão dos tumores, as melhores estratégias de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação e os efeitos do tumor na qualidade de vida dos pacientes. “A integração dos alunos com a pesquisa e a assistência, além da capacitação contínua do corpo docente, faz o A.C. Camargo Cancer Center ser referência em ensino no país”, diz Fregnani.

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Jogos : aprender se divertindo

Novas tecnologias podem ser divertidas na hora de aprender. Aos poucos, os jogos educativos são inseridos na rotina dos estudantes, criando a oportunidade de se vivenciar o estudo de uma forma lúdica e leve.

Eduardo Aranha, pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, participa de um projeto que elaborou um jogo de pré-cálculo para ajudar a nivelar o conhecimento dos alunos que entram na universidade. “O jogo foi desenvolvido com o objetivo de dar um suporte num ambiente mais lúdico, onde o aluno possa perceber a utilidade da matemática em um ambiente virtual e descontraído”.

Pensando em ensinar de forma mais criativa, os pesquisadores da Universidade Federal do Paraná fizeram um simulador empresarial de gestão pública. “A ideia do simulador é que até prefeituras usem quando entrar um novo prefeito, para ver como é a gestão pública na prática, entender o funcionamento das finanças públicas, contabilidade pública e os principais problemas enfrentados no serviço público”, afirma Gustavo Abib, integrante do projeto.

Os projetos foram apresentados no 1º Workshop de Inovação da Diretoria de Educação a Distância. São 19 pesquisas voltadas ao aprimoramento, financiadas pela **CAPES**, com código aberto para uso.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 31/12/2018

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Estudante poderá ter acesso gratuito a suas informações em instituições de ensino

Projeto garante ao estudante da educação básica e superior o direito ao acesso a todas as informações produzidas pela instituição de ensino relacionadas ao vínculo mantido (PL 10156/18).

Pela proposta, apresentada pelo deputado Ivan Valente (Psol-SP), os serviços de busca e de fornecimento das informações devem gratuitos e disponíveis aos estudantes, aos pais ou responsáveis durante todo o período em que estiver matriculado até o prazo mínimo de um ano após o encerramento do vínculo com a escola ou instituição de ensino.

O texto proíbe a cobrança por parte da instituição de ensino para que sejam fornecidos documentos impressos relacionados ao vínculo com o aluno, como histórico escolar, certificados de conclusão de curso, grade curricular, atestados, controle de frequência, certidão negativa de débito, plano de ensino, conteúdos programáticos, declaração de transferência, certificado para colação de grau, segunda chamada de prova.

De acordo com o projeto, os dados deverão estar disponibilizados aos estudantes 48 horas após a solicitação.

Ivan Valente explica que a legislação assegura ao consumidor o direito de ter informações adequadas e claras sobre os serviços que contrata.

“Todo ano são registradas reclamações sobre a cobrança de taxas indevidas pelo setor privado para o fornecimento de documentação básica para milhares de estudantes em todo o país. Mesmo no setor público, não é incomum recebermos denúncias de que escolas estariam cobrando indevidamente para expedir documentos que comprovem a situação dos estudantes perante elas. Mesmo quando não há cobrança, a burocracia e, muitas vezes, a desorganização viram obstáculos para a obtenção de informações essenciais para o exercício de direitos”, afirma Valente.

Tramitação

O projeto, que tramita conclusivamente, será analisado pelas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Pontes defende divulgação da C&T e ampliação do acesso à internet

O novo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, defendeu hoje (2) como prioridade de sua pasta a divulgação de iniciativas de ciência e tecnologia no país. Ele explicou que uma das secretarias do ministério terá como foco a formação, com vistas a pautar nas instituições de ensino públicas de todo o país a temática e o interesse pela produção de conhecimento.

"Pretendemos levar ciência e tecnologia junto com o Ministério da Educação e tentar

promover a carreira de pesquisador, motivar jovens para as profissões de pesquisa. Também vamos promover maior divulgação científica", afirmou Pontes na cerimônia de transmissão do cargo.

Pontes substitui Gilberto Kassab, liderança do PSD e ex-prefeito de São Paulo, que comandava a pasta.

O novo ministro aproveitou o evento para apresentar as diretrizes da nova gestão e os desafios que preocupam mais a equipe. Ele disse que tem discutido com entidades da área formas de valorizar as carreiras de produção de conhecimento e de como motivar os pesquisadores brasileiros a ficarem no país. Entre os desafios estão a garantia de infraestrutura e a promoção do desenvolvimento profissional.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes - Marcelo Camargo/Arquivo Agência Brasil

Para além do MEC, Pontes ressaltou que vai buscar parcerias com outros ministérios para promover "tecnologias aplicadas" estratégicas, como as relacionadas ao espaço, nuclear, cibersegurança, inteligência artificial, de apoio ao desenvolvimento sustentável e de suporte à produção agrícola. Políticas já formuladas ou lançadas para determinadas tecnologias, como a de Internet das Coisas, estão sob análise para avaliar possíveis revisões.

Para ter uma pesquisa básica "forte" no país, outro desafio é o financiamento. Neste tema, ele reconheceu as restrições orçamentárias e destacou a necessidade de ampliar os recursos a essa atividade. "Nós temos no CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] um problema atual de investimentos, de orçamento, que a gente vai ter que trabalhar ao longo do ano com o Congresso Nacional ou com outras possibilidades para que a gente complete este orçamento, como foi feito no passado", disse.

Inovação

Mais do que ampliar a produção de conhecimento, Pontes registrou como necessidade o fortalecimento dos processos de transformação das pesquisas em inovações, com aplicações no setor produtivo e em outras atividades sociais. Para isso, ele destacou a importância de atrair investimentos privados para a constituição de parcerias com vistas ao desenvolvimento de soluções tecnológicas.

"A gente tem coletado vários modelos, como centros de inovação, parques tecnológicos, incubadoras. Vamos trazer isso para um modelo estruturante que a gente possa replicar em vários locais do país e que possam ser adaptados segundo a vocação local de cada lugar. O Brasil é país muito grande e precisamos adaptar a inovação", defendeu. Ele adiantou que esses projetos devem ganhar o nome de Centros de Formações de Inovações.

As maiores empresas devem contribuir também com o estímulo às menores, as chamadas startups. Segundo Pontes, isso gera benefícios às duas pois desenvolve soluções que são interessantes às maiores firmas. Além disso, argumentou que é preciso articular outros órgãos, como Sebrae, governos estaduais e prefeituras.

Banda larga

Na área de comunicações, Marcos Pontes destacou como desafio a ampliação do acesso à banda larga no país. "Nós temos um país muito grande. Este é um dos esforços que a gente tem que fazer. Sabemos que tem regiões mais remotas, mais difíceis de se levar banda larga. Mas é muito importante para as escolas, para as famílias como um todo para trazer para a realidade atual", destacou.

Segundo a edição mais recente da pesquisa TIC Domicílios, do Comitê Gestor da Internet, 74% dos brasileiros afirmaram já ter acessado a internet, índice abaixo dos de nações mais desenvolvidas. Essa penetração é marcada por desigualdades, já que a conectividade é de 77% na área urbana e de 54% na rural, de 79% na região Sudeste e de 66% na Nordeste e de 96% entre os que ganham mais de 10 salários mínimos e 60% entre aqueles com renda de até 1 salário mínimo.

Marcos Pontes afirmou que vai manter programas de inclusão digital, mas que está avaliando junto com as operadoras do setor como levar a conexão a mais pessoas. Ele não detalhou, entretanto, se serão criados novos programas para esse intuito.

Em relação ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), utilizado em um programa para dar suporte à oferta de conexão à Internet a áreas remotas, ele afirmou que é preciso "destravar a questão". O satélite foi lançado em 2017 mas passou por polêmicas jurídicas em razão da contratação de uma empresa dos Estados Unidos, Viasat, para a operação de serviços. A operação sem licitação foi questionada na Justiça.

Sem dar detalhes, o ministro disse que sua equipe e a área econômica estão avaliando os problemas de modo a dar maior eficiência à Telebrás, empresa estatal de apoio à política de inclusão digital e fornecimento de infraestrutura de conexão. Neste exame, ele incluiu os Correios, outra estatal vinculada ao órgão. Perguntado, ele não quis adiantar quais alterações pretende fazer.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Cursos de graduação poderão ofertar até 40% da carga horária a distância (01/01) Até então, o limite era de 20%; a medida não vale para cursos da área da saúde e de engenharia

Os cursos de graduação do País passam a ter a possibilidade de oferecer, em aulas a distância, até 40% de sua carga horária. O limite até então era de 20%. A ampliação foi prevista em uma nova portaria sobre o tema publicada nesta segunda-feira, 31, no Diário Oficial da União pelo Ministério da Educação. A medida não vale para cursos da área da saúde e de engenharia.

O documento estabelece que as disciplinas na modalidade a distância devem estar claramente identificadas na matriz curricular do curso, assim como o projeto pedagógico do curso deverá indicar a metodologia a ser usada nessas disciplinas.

Ensino superior cresce no País, mas graças à modalidade a distância
O crescimento das matrículas no ensino superior só foi possível por causa do aumento de alunos no ensino a distância, de 17,6% - o maior desde 2008

A ampliação para 40% só será possível se a instituição de ensino superior estiver

credenciada em ambas as modalidades, presencial e a distância, com conceito institucional (CI) igual ou superior a 4. Também precisa possuir um curso de graduação na modalidade a distância, com conceito de curso (CC) igual ou superior a 4, que tenha a mesma denominação e grau de um dos cursos de graduação presencial reconhecidos e ofertados pela instituição.

De acordo com a portaria, as avaliações das disciplinas a distância assim como atividades práticas exigidas pelas diretrizes curriculares dos cursos devem ser realizadas presencialmente, na sede ou em um dos campi da instituição.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Vélez desmonta secretaria de diversidade e cria nova subpasta de alfabetização Iniciativa é manobra para eliminar temáticas de direitos humanos, educação étnico-raciais e palavra diversidade

Brasília

O governo Bolsonaro vai extinguir uma secretaria do MEC (Ministério da Educação) responsável por ações de diversidade, como direitos humanos e relações étnico-raciais. Além disso, será criada uma nova secretaria só para alfabetização, que ficará a cargo do proprietário de uma pequena escola de Londrina indicado pelo escritor Olavo de Carvalho.

Essas são as primeiras alterações no organograma do MEC após a definição do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodriguez como ministro da Educação.

A atual Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) será desmontada e em seu lugar surgirá a subpasta Modalidades Especializadas. Segundo a Folha apurou, a iniciativa foi uma manobra para eliminar as temáticas de direitos humanos, de educação étnico-raciais e a própria palavra diversidade.

A nova pasta deve continuar a articular as ações de educação especial, de jovens e adultos, educação no campo, indígena e quilombola.

A Secadi foi criada em 2004 com o objetivo de fortalecer a atenção especial a grupos que historicamente são excluídos da escolarização. Segundo descrição das atribuições da secretaria, as políticas orientadas pela subpasta devem considerar “questões de raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social, gênero, orientação sexual, deficiências, condição geracional e outras que possam ser identificadas como sendo condições existenciais favorecedoras da exclusão social”.

O presidente eleito, Jairo Bolsonaro (PSL), repetiu durante a campanha ser contrário a políticas específicas a grupos vulneráveis, o que classificou como coitadismo. Ele impulsionou sua carreira política em uma cruzada contra a abordagem do que ele e outros detratores chamam de "ideologia de gênero", expressão nunca usada por educadores.

Para o frei David Santos, da ONG Educafro, o fim da pasta é um retrocesso a uma política de estado. “O surgimento da Secadi foi determinante para despertar do povo negro, quilombola, indígena, ribeirinha”, diz.

“Enquanto militante de um mundo melhor, participante de uma igreja que definiu que políticas públicas como tema da campanha da fraternidade de 2019, vejo nessa atitude uma afronta.”

O futuro secretário de alfabetização será Carlos Francisco de Paula Nadalim. O país tem um grande desafio no tema. Segundo o última avaliação federal, mais da metade dos alunos do 3º ano do ensino fundamental tem nível insuficiente em provas de leitura e matemática.

A experiência de Nadalim, que é mestre em educação pela Universidade Estadual de Londrina, é na escola de sua família chamada Mundo do Balão Mágico, também na cidade de Londrina. No censo escolar de 2017, a unidade contava com 12 funcionários, 47 alunos na pré-escola e 94 estudantes do 1º ao 5º ano.

O paranaense é conhecido por vídeos na internet em que faz comentários religiosos, critica o educador Paulo Freire, defende a educação domiciliar e divulga um método supostamente inovador de alfabetização que ele desenvolveu para sua escola. Indicado pelo deputado Diego Garcia (POD-PR) ao prêmio Darcy Ribeiro, da Câmara dos Deputados, foi agraciado em 2018.

Em vídeos, Nadalim expõe a apostila de seu programa de alfabetização inspirado no método fônico (que concentra atenção na relação entre letras e sons para depois chegar à leitura) e ataca o que seria a tendência nacional de apostar no método construtivista (que, em resumo, alfabetiza já focado na leitura de textos). Olavo de Carvalho, que o indicou ao futuro ministro, já fez comentários parecidos. “Tem que voltar ao velho método fônico, beabá, como era nos anos 60, 70”, disse ele à Folha.

O escolhido para a nova secretaria ainda critica o trabalho da educadora Magda Soares, especialista em alfabetização e professora emérita da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Em seu último livro, “Alfabetização - Questão de Métodos”, Soares discorre sobre a dificuldade dos professores brasileiros em alfabetizar com algum método, o que seria reflexo do sistema de formação docente brasileiro.

A educadora coordena desde 2007 um projeto de alfabetização no município mineiro de Lagoa Santa (a 35 km da capital), cujos resultados se tornaram referência no país. O percentual de alunos de Lagoa Santa com aprendizagem adequada no 5º ano em leitura passou de 48% em 2009 para 66% em 2015, acima da média nacional (51%).

Procurado pela Folha, Nadalim não quis dar entrevista e disse que a definição do seu nome para o cargo ainda não está certa.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Posse de ministro de Minas e Energia impulsiona Eletrobras e puxa alta da Bolsa
Mercado chegou a ficar morno com exterior ruim, mas virou embalado por
perspectivas do governo**

São Paulo

A Bolsa brasileira ignora o tom negativo no exterior e firma alta no começa da tarde desta quarta-feira (2), conforme são divulgadas notícias sobre a formação do novo governo de Jair Bolsonaro.

Às 13h (horário de Brasília), o Ibovespa, índice das ações mais negociadas, avançava cerca de 2,5%, batendo os 90 mil pontos. O dólar comercial recuava 0,95%, para R\$ 3,84.

Dados fracos da economia chinesa reforçaram preocupações com os rumos do crescimento global e levam os principais mercados do mundo a operarem no vermelho.

Em Wall Street, as bolsas americanas iniciaram o ano com queda de mais de 1%. Mais cedo, o Ibovespa também chegou a recuar, 0,4%, mas virou embalada por perspectivas no front econômico local.

A alta de agora é sustentada por ações de estatais, com destaque para a Eletrobras, que disparava mais 13%.

Pela manhã, o novo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tomou posse e disse que o processo de capitalização da empresa, iniciado no governo de Michel Temer, será levado adiante.

A Petrobras não se abala pelo sinal negativo dos preços do petróleo no exterior e avança mais de 4%.

Também conduzem a alta no setor financeiro os papéis de empresas do setor de educação.

Kroton e Estácio se beneficiam de uma decisão dos últimos dias do ex-presidente Michel Temer, em que foi liberada a ampliação da educação a distância nos cursos de graduação. A medida deve ampliar margens das universidades particulares.

As ações da Taurus, maior fabricante de armas do país, sobem mais de 25%, primeiro dia de negócios após a posse de Bolsonaro.

O presidente afirmou em rede social que pretende liberar via decreto a posse de armas no Brasil, o que poderia dar fôlego às vendas da fabricante. As ações da Taurus não integram o Ibovespa.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Marcos Pontes anuncia tucano como número 2 do Ministério da Ciência e Tecnologia

Pasta que será comandada por astronauta terá quatro militares ocupando secretarias

BRASÍLIA - Durante sua cerimônia de posse, na manhã desta quarta-feira, dia 2, o novo ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, confirmou o tucano Julio Semeghini como o número dois de sua pasta. Ele também afirmou que pretende estimular a formação de pesquisadores por meio do incentivo à ciência e tecnologia nos ensinos fundamental e médio. Ao todo, seu ministério terá quatro militares ocupando secretarias.

Ex-deputado federal pelo PSDB, Semeghini foi secretário nos governos Geraldo Alckmin e João Doria, no estado e na prefeitura de São Paulo respectivamente, e

passará a ser o secretário-executivo do Ministério, cargo que fica logo abaixo do ministro. O cargo de secretário executivo adjunto ficou com Carlos Alberto Flora Baptistucci, da Força Aérea Brasileira (FAB). O chefe de gabinete será o brigadeiro Celestino Todesco.

O ex-ministro Gilberto Kassab não participou do evento e foi representado pelo secretário executivo adjunto da pasta, Alfonso Orlandi Neto. A parte de Formação, segundo ele, já existe mas será ampliada em sua gestão.

— Na parte de Ciência, Tecnologia e Inovação, nós temos uma Secretaria de pesquisa, que hoje engloba também uma parte de formação. Nessa parte é onde pretendemos colocar, o que tenho falado há muito tempo, motivar a ciência e tecnologia no ensino fundamental e no ensino médio. Levar ciência e tecnologia junto com o MEC para isso e tentar com isso promover a carreira de pesquisador, motivar jovens para carreira de pesquisa - disse o ministro.

Pontes afirmou que serão mantidas as secretarias de Radiodifusão e de Telecomunicações, de Pesquisa e Formação e de Inovações e Empreendedorismo, além da Secretaria-Executiva. A Secretaria de Políticas Digitais passará a se chamar, segundo o ministro, Secretaria de Tecnologias Aplicadas e terá a atribuição de atuar na parte de cooperação com outros ministérios.

— A ideia é colocar a tecnologia na frente de combate junto com todos os outros setores do país — afirmou Pontes

Também será criada uma Secretaria de Projetos Cooperação e Controle que segundo o ministro funcionará como uma secretaria matriz, responsável por gerenciar todos os projetos da pasta e estabelecer os indicadores dos trabalhos do ministério, além de atuar na captação e controle dos recursos da pasta, que vem sofrendo cortes nos últimos anos. Durante a cerimônia, inclusive, o então secretário-executivo adjunto da pasta, Alfonso Neto, citou os cortes que a pasta sofreu nos últimos dois anos e disse estar "muito feliz" com a posse de Pontes.

Pontes confirmou ainda que a Telebrás será mantida e que um dos principais objetivos de sua gestão é recuperar a eficiência de todas as entidades vinculadas à pasta.

Ele ainda anunciou que o Secretário de Pesquisa e Formação será Marcelo Marcos Morales, atualmente no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O secretário de Empreendedorismo e Inovação será o engenheiro Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim. O secretário de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle será o tenente brigadeiro da FAB Antonio Franciscangelis Neto. O secretário de Rádio Difusão será o engenheiro Eli Chaves Gurgel do Amaral, do Exército Brasileiro e o de Telecomunicações, Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC terá secretaria para criar colégios cívico-militares, diz novo ministro da Educação (01/01)

Criação das escolas militarizadas foi uma promessa de campanha de Bolsonaro, que toma posse nesta terça-feira

BRASÍLIA - O governo do novo presidente Jair Bolsonaro (PSL) terá uma secretaria especial para transformar escolas públicas em unidades de ensino cívico-militar. A medida foi anunciada nesta terça-feira, 1º de janeiro, pelo futuro ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, ao chegar ao Palácio do Planalto para a cerimônia de posse.

A criação das escolas militares foi uma promessa de campanha de Bolsonaro. Capitão da reserva do Exército, o novo presidente defende que pelo menos em cada capital haja uma escola militarizada.

— Os colégios militares hoje, no Brasil, representam um modelo que dá certo, que tem disciplina, que tem bom desempenho nos índices de valorização e avaliação. Então esse modelo de colégios cívico-militares, como já existem em alguns lugares, eu acho que é sistema é bom. As crianças gostam, as famílias gostam, por que não apoiar isso se está dando certo? — disse o novo ministro da Educação, nesta terça-feira.

Sem mencionar números, Vélez afirmou que implantação da gestão militar em escolas públicas não terá um alto custo para o Estado.

— Não é uma coisa que saia muito caro, não. Os modelos que já estão se desenvolvendo em alguns lugares partem de colégios já estabelecidos que pedem ajuda para uma gestão cívico-militar. Não é uma coisa que saia caro demais. Traz como benefício a disciplina, a possibilidade de as crianças terem uma orientação para uma educação de cidadania, que é muito importante — disse ele.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Novo secretário estadual de Educação pode tirar escolas de áreas de risco Pedro Fernandes afirmou que medida pode ser tomada caso haja equipamento público próximo capaz de receber alunos

O novo secretário estadual de Educação, Pedro Fernandes, afirmou que pode tirar escolas de áreas de risco. Segundo ele, as análises levarão em conta a necessidade da mudança e a existência de um equipamento público próximo que possa receber os estudantes.

— Se for necessário rever a localização de algumas escolas, faremos se tiver disponibilidade de outro equipamento público próximo. Tem que analisar caso a caso — afirma Pedro, que ainda está tomando conhecimento da pastas: — Fomos uma das últimas últimas pastas a ser escolhida. Meu primeiro desafio é conhecer a secretaria.

Pedro esteve, antes da posse, na sede da Seeduc para conhecer o espaço físico onde trabalhará, no Santo Cristo, Centro do Rio. Desde 2016, o prédio funciona com as portas fechadas e um carro de polícia na porta. Naquele ano, um grupo de alunos ocupou o prédio em protesto.

O novo secretário afirmou que reabrirá as portas da sede. Ele também anunciou que aumentará o número de Diretorias Regionais de Administração. Atualmente, existem 12 desses órgãos no estado. Cada uma é responsável por fazer uma interface entre os diretores e a sede da Seeduc.

— Tem regional hoje que tem a responsabilidade por 180 escolas. Esse número é inviável. Cada uma tem que ter no máximo 70 — disse Pedro.

Ele afirmou que “certamente” vai desmembrar as regionais III, IV e V, que cuidam das zonas Norte e Oeste da capital e de parte da Baixada, respectivamente. Além disso, quer criar mais três regionais no estado.

— Mas primeiro preciso ver se terei orçamento para isso — afirma.

O estado do Rio teve queda no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017 em relação a 2015 no ensino médio: caiu de 3.6 para 3.3. No fundamental, passou de 5.1 para 4.8 nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) e se manteve em 3.7 no segundo ciclo (do 6º ao 9º ano).

— Temos que motivar os profissionais para reverter esse quadro — defendeu o secretário.

O ex-secretário de Educação Wagner Victor informou que a Seeduc reabriu a sede em novembro para o público externo e o carro de polícia deixou de ficar no local em outubro.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Marcos Pontes faz discurso de motivação em posse como ministro da Ciência "Cada um de nós pode ser um tipo de um herói para mudar o destino do nosso País, com a excelência do seu trabalho, no dia a dia", disse o ministro

Brasília – Palestrante e coach (treinador motivacional) experiente, Marcos Pontes lançou mão destes dotes durante sua cerimônia de posse à frente do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na manhã desta quarta-feira, em Brasília. Pontes abriu seu discurso contando sobre seu lançamento ao espaço, pela Missão Centenário, em 29 de março de 2006.

Ele falou sobre medo e o momento da despedida da família antes de partir, história que ele costuma contar em suas palestras. Ele agradeceu a oportunidade de assumir a pasta e procurou motivar os funcionários do ministério.

“Cada um de nós pode ser um tipo de um herói para mudar o destino do nosso País, com a excelência do seu trabalho, no dia a dia”, disse. Ele também citou um discurso de um soldado americano frente à guerra. “O que faz um herói é o espírito de guerreiro”, disse.

Natural da cidade de Bauru, no interior de São Paulo, Pontes ingressou na Academia da Força Aérea em 1981. Em 1989, foi transferido para São José dos Campos, onde cursou engenharia aeronáutica no ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica).

O secretário-executivo adjunto do ministério na gestão de Gilberto Kassab, Alfonso Orlandi Neto, foi o responsável pela transmissão do cargo e disse que acredita que o ministério estará em boas mãos.

Secretariado

O ex-deputado federal e ex-secretário das gestões de Geraldo Alckmin e de João Doria, no Estado e na cidade de São Paulo, Julio Semeghini (PSDB) foi anunciado como secretário-executivo da Pasta.

O cargo de secretário-executivo adjunto ficou com Carlos Alberto Flora Baptistucci, da Força Aérea Brasileira. O chefe de gabinete será o brigadeiro Celestino Todesco. Secretário de Pesquisa e Formação será Marcelo Marcos Morales, atualmente no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Secretário de Empreendedorismo e Inovação será o engenheiro Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim. O Secretário de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle será o tenente brigadeiro da FAB Antonio Franciscangelis Neto.

O secretário de Rádio Difusão será o engenheiro Eli Chaves Gurgel do Amaral, do Exército Brasileiro e o de Telecomunicações, Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Pontes defende divulgação da C&T e ampliação do acesso à internet

Agência Brasil

O novo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, defendeu hoje (2) como prioridade de sua pasta a divulgação de iniciativas de ciência e tecnologia no país. Ele explicou que uma das secretarias do ministério terá como foco a formação, com vistas a pautar nas instituições de ensino públicas de todo o país a temática e o interesse pela produção de conhecimento.

“Pretendemos levar ciência e tecnologia junto com o Ministério da Educação e tentar promover a carreira de pesquisador, motivar jovens para as profissões de pesquisa. Também vamos promover maior divulgação científica”, afirmou Pontes na cerimônia de transmissão do cargo.

Pontes substituiu Gilberto Kassab, liderança do PSD e ex-prefeito de São Paulo, que comandava a pasta.

O novo ministro aproveitou o evento para apresentar as diretrizes da nova gestão e os desafios que preocupam mais a equipe. Ele disse que tem discutido com entidades da área formas de valorizar as carreiras de produção de conhecimento e de como motivar os pesquisadores brasileiros a ficarem no país. Entre os desafios estão a garantia de infraestrutura e a promoção do desenvolvimento profissional.

O futuro ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, durante entrevista coletiva no CCBB.

Para além do MEC, Pontes ressaltou que vai buscar parcerias com outros ministérios para promover “tecnologias aplicadas” estratégicas, como as relacionadas ao espaço, nuclear, cibersegurança, inteligência artificial, de apoio ao desenvolvimento sustentável e de suporte à produção agrícola. Políticas já formuladas ou lançadas para determinadas tecnologias, como a de Internet das Coisas, estão sob análise para avaliar possíveis revisões.

Para ter uma pesquisa básica “forte” no país, outro desafio é o financiamento. Neste tema, ele reconheceu as restrições orçamentárias e destacou a necessidade de ampliar os recursos a essa atividade. “Nós temos no CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] um problema atual de investimentos, de orçamento, que a gente vai ter que trabalhar ao longo do ano com o Congresso Nacional

ou com outras possibilidades para que a gente complete este orçamento, como foi feito no passado”, disse.

Inovação

Mais do que ampliar a produção de conhecimento, Pontes registrou como necessidade o fortalecimento dos processos de transformação das pesquisas em inovações, com aplicações no setor produtivo e em outras atividades sociais. Para isso, ele destacou a importância de atrair investimentos privados para a constituição de parcerias com vistas ao desenvolvimento de soluções tecnológicas.

“A gente tem coletado vários modelos, como centros de inovação, parques tecnológicos, incubadoras. Vamos trazer isso para um modelo estruturante que a gente possa replicar em vários locais do país e que possam ser adaptados segundo a vocação local de cada lugar. O Brasil é país muito grande e precisamos adaptar a inovação”, defendeu. Ele adiantou que esses projetos devem ganhar o nome de Centros de Formações de Inovações.

As maiores empresas devem contribuir também com o estímulo às menores, as chamadas startups. Segundo Pontes, isso gera benefícios às duas pois desenvolve soluções que são interessantes às maiores firmas. Além disso, argumentou que é preciso articular outros órgãos, como Sebrae, governos estaduais e prefeituras.

Banda larga

Na área de comunicações, Marcos Pontes destacou como desafio a ampliação do acesso à banda larga no país. “Nós temos um país muito grande. Este é um dos esforços que a gente tem que fazer. Sabemos que tem regiões mais remotas, mais difíceis de se levar banda larga. Mas é muito importante para as escolas, para as famílias como um todo para trazer para a realidade atual”, destacou.

Segundo a edição mais recente da pesquisa TIC Domicílios, do Comitê Gestor da Internet, 74% dos brasileiros afirmaram já ter acessado a internet, índice abaixo dos de nações mais desenvolvidas. Essa penetração é marcada por desigualdades, já que a conectividade é de 77% na área urbana e de 54% na rural, de 79% na região Sudeste e de 66% na Nordeste e de 96% entre os que ganham mais de 10 salários mínimos e 60% entre aqueles com renda de até 1 salário mínimo.

Marcos Pontes afirmou que vai manter programas de inclusão digital, mas que está avaliando junto com as operadoras do setor como levar a conexão a mais pessoas. Ele não detalhou, entretanto, se serão criados novos programas para esse intuito.

Em relação ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), utilizado em um programa para dar suporte à oferta de conexão à Internet a áreas remotas, ele afirmou que é preciso “destravar a questão”. O satélite foi lançado em 2017 mas passou por polêmicas jurídicas em razão da contratação de uma empresa dos Estados Unidos, Viasat, para a operação de serviços. A operação sem licitação foi questionada na Justiça.

Sem dar detalhes, o ministro disse que sua equipe e a área econômica estão avaliando os problemas de modo a dar maior eficiência à Telebrás, empresa estatal de apoio à política de inclusão digital e fornecimento de infraestrutura de conexão. Neste exame,

ele incluiu os Correios, outra estatal vinculada ao órgão. Perguntado, ele não quis adiantar quais alterações pretende fazer.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Obras didáticas e literárias para 2019 terão versões em braile e em formato digital

O Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), adquiriu cerca de 700 obras didáticas (para educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio) e outros 730 títulos de obras literárias no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para 2019. As obras também foram produzidas em braile e em formato EPUB-3, tecnologia que permite a produção de livros digitais com vários recursos de acessibilidade, além da possibilidade de inclusão de vídeos, áudios, audiodescrição, exercícios interativos, links internos e externos.

Os livros didáticos em braile foram adquiridos para atender, na escolha feita pelas escolas, a todos os alunos cegos declarados. No total foram transcritos em braile 371 títulos, com investimento de R\$ 18.551.252,87. No formato EPUB-3 foram adquiridas 450 obras didáticas e 736 literárias, num investimento de R\$ 3.625.903,86.

Em 2018, o programa recebeu diversas inovações. Segundo a coordenadora geral de materiais didáticos da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, Ana Paula Costa Rodrigues, uma novidade importante para 2019 é o oferecimento de obras literárias em língua inglesa para o ensino médio. “A partir da próxima edição, professores de língua inglesa poderão dispor desse recurso para suas aulas, ampliando o contato de seus alunos com textos literários escritos nessa língua”, explicou.

Este ano, foi possível também a aquisição de obras com conteúdo adequado à BNCC, o primeiro passo para implementação da base junto às escolas da rede pública. “A partir desta edição, o PNLD passa a incluir em sua agenda a seleção e distribuição de livros literários, ampliando o escopo de ação do PNLD. A grande mudança que decorre dessa novidade é a escolha dos livros literários aos quais os alunos terão acesso a partir de agora”, finalizou Ana Paula Rodrigues.

Também foi reformulada, nos editais recentes do PNLD 2018 literário e PNLD 2019, a metodologia para composição da comissão técnica de avaliação pedagógica das obras distribuídas para os professores e alunos beneficiários do PNLD. Outra mudança foi a avaliação pedagógica informatizada via Simec, dando ao processo governança e transparência, além da aquisição de livros para todos os anos iniciais do ensino fundamental, o que viabilizará a melhoria do processo de aprendizagem.

Agora haverá a aquisição de manuais para os professores da educação infantil e para o professor de educação física. Foi ampliado o atendimento pelo programa às escolas comunitárias, filantrópicas e conveniadas e foram aprovadas mais de 400 obras, ampliando as possibilidades de escolha pelos professores e adequando às realidades de cada escola, com respeito à diversidade de propostas pedagógicas e à pluralidade de ideias.

Foram adquiridos para educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em 2018, 75.822.712 de exemplares, num investimento de R\$ 549.065.780,97. Também foi aperfeiçoado o novo sistema para adesão ao PNLD e escolha dos materiais.

Foi lançado um novo sistema para adesão ao PNLD pelas secretarias de educação e institutos federais. O sistema possui uma interface simples e fácil ao usuário. Dessa forma, as redes puderam atualizar sua adesão ao programa, especificando quais os materiais desejavam receber em suas escolas, além de definir o modelo de escolha para as redes municipais, estaduais e distrital de ensino e para as escolas federais.

De acordo com o Censo Escolar de 2017, o Brasil tem 7.930.384 estudantes no ensino médio, em 24.542 escolas que ofertam essa etapa. Do total de estudantes, 84,8% estão em escolas estaduais.

Ensino Médio – O MEC realizou em 17 de dezembro uma audiência pública para apresentar a proposta para o novo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para o ensino médio. A proposta para o PNLD 2021 – Ensino Médio está ancorada nas competências e habilidades elencadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 14 de dezembro de 2018, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio. Os novos livros devem chegar às escolas em 2021.

PNLD – O Programa é destinado a avaliar e a oferecer obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa. São beneficiadas as escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, além das instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o poder público.

Com a edição do Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, todos os programas do livro foram unificados. Assim as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) foram consolidadas em um único programa, chamado Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

Para participar, basta que as redes de ensino e instituições federais façam a adesão ao programa. São atendidas apenas as entidades que tenham aderido formalmente ao PNLD. A adesão é realizada no sistema PDDE Interativo, com a senha do secretário de Educação ou dirigente federal, tornando dispensável o envio de documentos ao FNDE.

Etapas – As obras são inscritas pelos detentores dos direitos autorais, de acordo com critérios estabelecidos em edital. Uma comissão técnica específica nomeada pelo ministro da Educação supervisiona a etapa de avaliação pedagógica, que é coordenada pelo MEC em consonância com o Decreto 9.099 de 18 de julho de 2017. Para a realização da avaliação pedagógica são constituídas equipes de avaliação formadas por professores das redes públicas e privadas de ensino superior e da educação básica. Esses especialistas de diferentes áreas do conhecimento são selecionados a partir do Banco de Avaliadores do MEC.

Caso sejam aprovados, os livros passam a compor o Guia Digital do PNLD, que orienta professores e gestores da escola na escolha das coleções para as diferentes etapas de ensino. Compete às escolas e às redes de ensino garantir que o corpo docente da escola participe do processo de escolha de modo democrático. Para registrar a participação dos professores na escolha e dar transparência ao processo, a decisão sobre a escolha das

coleções deve ser documentada por meio da Ata de Escolha de Livros Didáticos.

Distribuição – A compra e a distribuição dos livros são de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os livros chegam às escolas antes do início do ano letivo. Para as áreas rurais, as obras são entregues nas prefeituras ou nas secretarias municipais de educação.

Assessoria de Comunicação Social - MEC (31.12.2018)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Ricardo Vélez Rodríguez é nomeado ministro da Educação; posse ocorre nesta quarta-feira, 2

O filósofo Ricardo Vélez Rodríguez foi nomeado nesta terça-feira, 1º, como ministro da Educação do governo do presidente da República, Jair Bolsonaro. O ato de nomeação de Vélez e dos outros 21 ministros da nova gestão do país foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro logo após a cerimônia de sua posse como 38º presidente da República e do general Antônio Hamilton Martins Mourão como seu vice-presidente.

O início da gestão de Ricardo Vélez Rodríguez no Ministério da Educação ocorre, oficialmente, nesta quarta-feira, 2, quando será realizada a cerimônia de transmissão de cargo, na sede do MEC, em Brasília. Na quinta-feira, 3, Rodríguez participará da primeira reunião ministerial convocada por Jair Bolsonaro, evento confirmado pela secretaria da Casa Civil da Presidência da República.

No encontro, o primeiro desafio do ministro da Educação será o de organizar o funcionamento de sua pasta dentro da nova estrutura administrativa criada pelo Governo Federal, assim como os demais ministérios. O novo titular do MEC, inclusive, já tem em mãos um relatório técnico atualizado contendo as principais ações de todos os programas da pasta em andamento, incluindo o detalhamento orçamentário.

Perfil – Colombiano naturalizado brasileiro, Ricardo Vélez Rodríguez tem 75 anos e possui um vasto currículo profissional. É graduado em Filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana, da Colômbia, e em Teologia, pelo Seminário Conciliar de Bogotá. É mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e doutor na mesma área pela Universidade Gama Filho, também do Rio de Janeiro.

Durante a trajetória profissional, foi professor em diversas universidades brasileiras, incluindo a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e estrangeiras, em países como França, Estados Unidos e na própria Colômbia. Também é professor-emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), instituição que atua na formação de oficiais de alta patente.

Posse presidencial – Em seu discurso de posse, o presidente da República, Jair Bolsonaro, destacou os desafios para o Brasil voltar a crescer nas principais áreas, como economia, saúde, segurança, educação e política externa. Ele reafirmou seu compromisso com o combate ao que denomina ideologia de gênero. “Vamos unir o nosso povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando os nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”, afirmou.

Jair Bolsonaro reiterou que sua gestão não gastará mais do que arrecada, que os contratos serão cumpridos e que seu mandato fará "reformas estruturantes". Ele pediu o apoio dos congressistas para as propostas que enviará ao Congresso Nacional e que conta com esta contribuição para libertar o Brasil da corrupção. "Trabalharei incansavelmente para que o Brasil encontre seu destino e se torne uma grande nação", disse.

A educação também foi destaque no pronunciamento de Jair Bolsonaro. Ele ressaltou que, para colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu, é preciso combater a ideologização das crianças e a desvirtuação dos direitos humanos, restabelecendo padrões éticos e morais, fazendo as reformas necessárias e desburocratizando o governo. "Vamos priorizar a educação básica, a educação das nossas crianças e adolescentes, que são o futuro do Brasil", concluiu.

Assessoria de Comunicação Social - MEC

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Educação bilíngue deve crescer em 2019

A educação bilíngue deixou de ser tendência e já é realidade no Brasil. Segundo dados da Associação Brasileira do Ensino Bilíngue (Abebi), nos últimos cinco anos, o mercado de escolas bilíngues expandiu-se a índices entre 6% e 10%. O Systemic Bilingual, programa de educação bilíngue pioneiro no Brasil, estima um incremento de 40% no número de alunos e instituições em 2019, atingindo um total que deve ultrapassar 20 mil estudantes em mais de 100 escolas em todo o país. Atualmente, o Systemic está presente em 80 escolas em 18 estados brasileiros, levando sua inovadora proposta educativa para mais de 16 mil alunos.

Segundo o levantamento, nos últimos três anos, o Systemic triplicou o número de instituições e alunos. O Ministério da Educação (MEC) aponta em seu último consenso escolar que o Brasil possui aproximadamente 40 mil escolas privadas, 21% das 184,1 mil unidades brasileiras. No entanto, a Abebi estima que cerca de 3% (1,2 mil) dessas particulares possuem algum programa de educação bilíngue.

O Gerente de Desenvolvimento e Relacionamento do Systemic Bilingual, Rone Costa, acredita que para um programa que já está consolidado no mercado há 16 anos, os números são expressivos. "Buscamos um crescimento sustentável e dentro dos mais altos padrões de qualidade. Fazemos uma análise prévia da instituição que deseja implantar a educação bilíngue para entender se a escola está madura para implantar um programa como o Systemic, que exige muito da escola", afirma.

Falta de regulamentação

Atualmente no Brasil não existe uma regulamentação para as escolas bilíngues. Segundo o MEC somente as escolas para surdos, as escolas de fronteiras e as escolas indígenas são consideradas bilíngues. De acordo com Costa, esse cenário pode confundir pais, alunos e até mesmo da comunidade escolar. "Como o conceito de bilinguismo é muito amplo, muitas instituições se auto intitulam bilíngues por pura falta de informação. Essa questão inclusive inviabiliza o aprimoramento dos professores que queiram aplicar-se na educação bilíngue, por isso torna-se vital contribuir para a formação desses profissionais afim de que estejam preparados para atuar no mercado",

afirma.

Costa ressalta que muitas escolas ainda não estão completamente preparadas para aderir ao programa bilíngue, já que é preciso de investimentos na formação de professores e, principalmente, comprometimento de toda equipe. “Não é porque há uma escola de idiomas dentro do colégio que, necessariamente, a educação bilíngue está acontecendo. Muitos pais escolhem escolas bilíngues ainda pensando apenas no desenvolvimento da competência linguística dos filhos. Mas, educação bilíngue é muito mais que isso”, ressalta.

O tempo de exposição à língua é outro fator que deve ser considerável para que seja possível desencadear um processo mais robusto de aquisição de língua. Além disso, a concepção de língua/linguagem que o programa ou a escola tem é outro fator que deve ser levado em consideração, já que a língua deve ser tratada como um meio de instrução nesse processo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Análise: Uma oportunidade de melhorar a Educação Ministério de Bolsonaro terá que enfrentar a crise de aprendizagem que assola nossas crianças e jovens

O que o futuro ministro da Educação vai encontrar em relação à Educação Básica brasileira quando assumir o cargo, em janeiro de 2019, é um grande desafio, mas também uma enorme oportunidade.

Apesar de avanços importantes nas últimas décadas no que diz respeito à oferta do acesso à escola, estamos ainda em um patamar muito baixo de aprendizagem. A melhora observada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, não se reflete nos anos posteriores. Chegamos em 2018 com apenas seis em cada dez jovens concluindo o Ensino Médio na idade adequada.

Por outro lado, estamos diante de uma oportunidade de promover um impulso de qualidade na Educação Básica, como talvez não tenha ainda sido feito no Brasil. Com o apoio de muitos atores do campo educacional, algumas políticas fundamentais para avançarmos na qualidade e equidade da Educação Básica têm avançado significativamente. Dentre elas, destaque para a Base Nacional Comum Curricular, que transcendeu governos. Temos também um novo modelo de Ensino Médio tomando forma e com possibilidades de tornar a escola mais atrativa e relevante para nossos jovens. Temos visto a Educação Integral na pauta de muitos gestores e da sociedade. Há um debate já muito consolidado com propostas consistentes para o novo Fundeb, para que seja mais redistributivo e se torne permanente - o atual deve acabar em 2020. Também foi dado um passo muito importante no debate sobre carreira e formação de professores, com a primeira versão de proposta de referenciais docentes apresentada pelo MEC.

Além disso, temos um conjunto de propostas elaboradas pela sociedade civil informada pelas evidências, pelas experiências de sucesso de redes de ensino nacionais e internacionais, e ancoradas no Plano Nacional de Educação que podem, se implementadas de maneira articulada com a União, os Estados e os Municípios, mudar o jogo na Educação.

CLIPPING



A oportunidade está, portanto, na continuidade e fortalecimento dessas políticas e iniciativas, com base em uma estratégia nacional que promova uma articulação sistêmica entre elas, uma vez que não há medida que, sozinha, dê conta de resolver a baixa qualidade e a desigualdade educacional. O próximo governo não tem escolha quanto ao tamanho do desafio, ele está posto. Mas tem à frente outra escolha: aproveitar ou não a oportunidade de concretizar o tão necessário salto de qualidade na Educação Básica.

* Presidente-executiva e cofundadora do movimento Todos Pela Educação

